

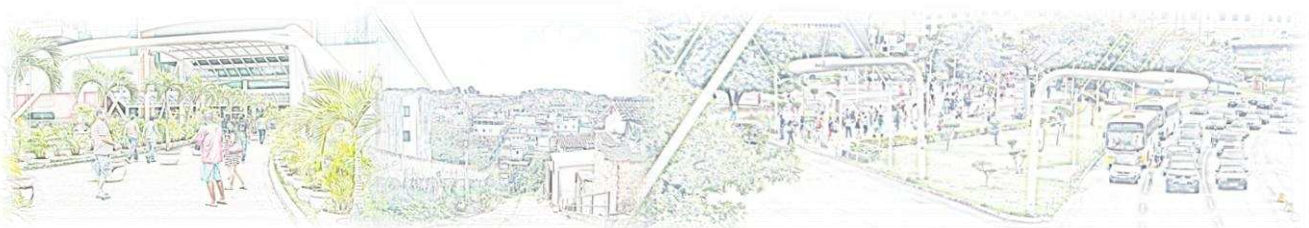


**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO**

YASMINIE MIDLEJ SILVA FARIAS CERQUEIRA

O que é espaço público pra você?

Salvador/BA
2010





UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO

YASMINIE MIDLEJ SILVA FARIAS CERQUEIRA

O QUE É ESPAÇO PÚBLICO PRA VOCÊ?

Salvador/BA

2010

FICHA CATALOGRÁFICA : Sistema de Bibliotecas da UNEB

Cerqueira, Yasminie Midlej Silva Farias

O que é espaço público pra você? / Yasminie Midlej Silva Farias Cerqueira. – Salvador, 2010.

78f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Liliane Mariano.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Colegiado de Urbanismo. Campus I. 2010.

Contém referências e apêndices.

1. Espaço público - Aspectos sociais - Salvador(BA).
2. Urbanização - Salvador(BA).
3. Habitação popular - Salvador(BA). I. Mariano, Liliane. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Exatas e da Terra.

CDD: 712

YASMINIE MIDLEJ SILVA FARIAS CERQUEIRA

O QUE É ESPAÇO PÚBLICO PRA VOCÊ?

Monografia apresentada junto ao curso de Bacharelado em Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: Prof^a Dr^a Liliane Mariano

Salvador/BA

2010

YASMINIE MIDLEJ SILVA FARIAS CERQUEIRA

O QUE É ESPAÇO PÚBLICO PRA VOCÊ?

Monografia apresentada junto ao curso de Bacharelado em Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel.

Salvador, 26 de agosto de 2010.

Banca Examinadora:

Alcides dos Santos Caldas _____
Doutorado em Geografia pela Universidade de Santiago de Compostela
Universidade Salvador

Liliane Ferreira Mariano da Silva _____
Doutorado em Urbanismo pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris III
Universidade do Estado da Bahia / Universidade Salvador

Olívia Nolasco Beltrão _____
Especialização em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Universidade do Estado da Bahia



Agradecimentos

À Deus. Por permitir a realização desse trabalho provendo-me das condições necessárias para tal, em corpo e mente.

À minha orientadora, prof Liliane, por acreditar em meu projeto e na minha capacidade em realizá-lo.

À banca examinadora, pela atenção e tempo dispensados na avaliação deste trabalho.

À Edmilson, pela disposição e aconselhamento sem os quais esses anos seriam mais difíceis.

Aos professores que fizeram parte desse longo processo de aprendizagem.

À minha família. Pelo amor incondicional. Aos meus avós, que desde sempre são a minha referência. Em especial a minha mãe e meu irmão, razões maiores do meu empenho e dedicação. A tio Lula e a minha tia-mãe pelo carinho, paciência, compreensão e pelas incessantes leituras desse trabalho, as quais, certamente, contribuíram para o resultado final.

A Renato. Pela disposição em me ajudar no que fosse preciso, a qualquer hora; pelo apoio nos momentos de ansiedade; pelo amor, que me fortalece e me incita a fazer sempre o melhor.

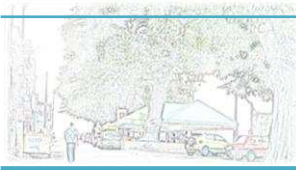
Às minhas irmãs de coração, Lia e Jamile, pelo apoio intermitente; pela companhia tanto em nossos mutirões monográficos (o que inclui meu trabalho de campo), quanto na hora do recreio e, acima de tudo, pela amizade construída durante esses anos.

Aos amigos encontrados ao longo desses anos universitários. Em especial a Patrício, Jorge e Jhon, pela amizade e contribuições valiosas para a minha formação.

Ao Prof Ângelo. Pela oportunidade de me aproximar do mundo acadêmico. Pela experiência e orientação na iniciação científica, o que me deu mais tranquilidade e maturidade para desenvolver o presente trabalho e contribuiu extensivamente para a minha formação. Minha graduação não teria sido completa sem o Grupo de pesquisa Territórios.

“Lamentavelmente, a forma de uma cidade muda mais depressa que o coração de um mortal”

Charles Baudelaire



Resumo

O espaço público é uma representação da vida cidadina, reflexo da relação dialética entre o espaço concreto e as dinâmicas urbanas (políticas, sociais, econômicas e culturais). O presente trabalho aborda o processo histórico dessa relação ao voltar aos espaços públicos nas Cidades da Idade Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, apresentando brevemente a configuração e a apropriação dos mesmos pela sua população. Essa abordagem histórica intenta prover o entendimento da mudança no uso do espaço público para, enfim, analisar as tendências atuais de uso e configuração dos mesmos, com enfoque na cidade de Salvador (Brasil). São analisados os fatores que influenciam no uso desses espaços, aprofundando uma discussão acerca de três deles: o consumo e o modo de vida capitalista; a acessibilidade (visual, física e simbólica); e a segurança. Por fim, são analisados três espaços diferentes entre si em tipologia de ocupação e faixa de renda residente predominante, em Salvador, a fim de verificar a aplicabilidade das tendências discutidas. Diante do estudo traçado, conclui-se que a perda da democracia e da universalidade dos espaços públicos nos moldes da cidade ateniense foi iniciada com a estratificação social e espacial e é, por elas, ainda reforçada. No entanto, a convivência e as relações sociais ainda se estabelecem nos espaços públicos fazendo com que o incentivo ao uso dos mesmos se constitua uma alternativa para majorar a cidadania e a sociabilidade em maior escala nos centros urbanos.

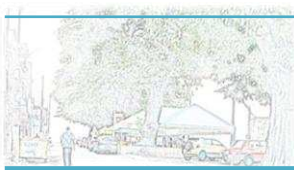
PALAVRAS-CHAVE: Espaço público; Configuração e Apropriação do Espaço público; Salvador (BA).



Abstract

The Public Space is a representation of the urban life, it is the reflection of the relationship between concrete space and urban dynamics (policy, social, economic, cultural). This paper discusses the historical process of the relation between concrete space and urban dynamics coming back to public spaces at Antiquity cities, Middle Age cities, Modern period cities and Contemporary cities; it briefly presents the configuration and the uses of these areas per population. This historical approach intends to provide the understanding of the changes in the public space. It, at long last, will allow analyzing current trends about public spaces' use and configuration, specifically in Salvador (Brazil). At this paper, the factors that influenced the use of these spaces are analyzed, developing the discussion about three of them: consumption and capitalist way of life, accessibility (visual, physical and symbolic), and safety. Finally, three different spaces are analyzed, each one with different occupation and income range residing predominantly, in Salvador, in order to verify the applicability of the trends discussed. As a result, is possible to conclude that the loss of democracy and universality of public spaces, along the lines of the Athenian city, began with the social and at space stratification and is even strengthened for them. However, coexistence and social relations has been established in public spaces and it makes an incentive to use the same an alternative to top up the citizenship and sociability on a larger scale in urban centers.

Keywords: Configuration and Appropriation of Public Space, Salvador (BA).



Lista de Figuras

Figura 1 – Planta da aldeia neolítica de Federseemor, na Alemanha, cerca de 2000 anos a.C	15
Figura 2 – Vista da Ágora de Atenas, cerca de 10 anos a.C	19
Figura 3 - Planta de Mileto, organizada no século V a.C, por Hipódamo	21
Figura 4 – Ruínas do Fórum Romano em Atenas	23
Figura 5 – Império Romano: apogeu da expansão comercial	24
Figura 6 – Representação de uma propriedade feudal	26
Figura 7 – Feiras Medievais na Alta Idade Média	27
Figura 8 - A cidade medieval construída no interior do anfiteatro de Arles	28
Figura 9 – Vista da área central de Viena	31
Figura 10 – Esquema da Cidade Jardim	35
Figura 11 - Gravuras de uma cidade cristã em 1840 e em 1940	36
Figura 12 – Localização do três percursos escolhidos	50
Figura 13 – Delimitação do bairro Caminho das Árvores, 2010	52
Figura 14 - Área analisada: Shopping Iguatemi - Avenida Tancredo Neves - Salvador Shopping	53
Figura 14A - Vista da praça e do seu entorno	53
Figura 14B - Falta de conservação de calçadas e rampas de acesso	53
Figura 14C - Vista da rua Coronel Almerindo Rehem	53
Figura 14D - Ponto de travessia em frente ao Salvador Shopping	53
Figura 14E - Ponto de travessia forjada na Av Tancredo Neves	53
Figura 14F - Vista da Av. Tancredo Neves	53

Figura 15 – Delimitação do bairro da Ribeira, 2010	58
Figura 16 - Área analisada: Largo da Ribeira	60
Figura 16A - Acesso a Rua dos Tamarindeiros da Penha	60
Figura 16B - Largo da Ribeira -Fim de linha de ônibus	60
Figura 16C - Má conservação das calçadas	60
Figura 16D - Terminal Marítimo da Ribeira	60
Figura 16E - Posto policial e mobiliário	60
Figura 16F - Ponto de travessia	60
Figura 17 – Sorveteria da Ribeira	61
Figura 18 – Delimitação do bairro Jardim Santo Inácio, 2010	63
Figura19 - Área analisada: Rua Direita de Stº Inácio e Pça Stº Inácio	65
Figura 19A - Conj. Habitacionais	65
Figura 19B - Rua Direta de Santo Inácio	65
Figura 19C - Ocupação Espontânea	65
Figura 19D - Mobiliário na Praça Santo Inácio	65
Figura 19E - Praça Santo Inácio	65



Sumário

INTRODUÇÃO	12
Capítulo I- O ESPAÇO PÚBLICO NA EVOLUÇÃO DAS CIDADES	15
A Cidade Antiga (4.000 a.C. a 476 d.C.) – Grécia e Roma	17
Cidade na Idade Média (século V a XV) – Feudos e Burgos	25
A Cidade na Idade Moderna (séculos XV a XVIII) – Mercantilista	29
O despontar da Idade Contemporânea (séculos XVIII e XX) – A cidade industrial e a Moderna	32
Capítulo 2 – O ESPAÇO PÚBLICO HOJE	38
O espaço público em áreas carentes	43
Espaço público na cidade tradicional planejada	45
Privatização e segregação: a proliferação de condomínios-clubes	48
Capítulo 3 – VIVENDO O ESPAÇO PÚBLICO	50
Caminho das árvores	52
Ribeira	58
Jardim Santo Inácio	63
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICES	75



Introdução

O espaço público é uma expressão englobadora de ruas, largos, praças, parques, praias ou qualquer outro lugar que apresente a possibilidade ao convívio de pessoas. Lugares que tenham em si a possibilidade da convivência e da sociabilidade. Esses espaços, suas práticas e formas, apresentam uma relação dialética com o contexto histórico no qual estão inseridos e mais, são uma representação da vida coletiva urbana. Analisar o espaço público é entender a relação estabelecida entre a configuração espacial e os processos que a estabelecem e modificam. Assim, torna-se relevante uma visita às suas configurações anteriores antes de analisar as cidades atuais, pois não há como dissociar partes desse processo e ainda assim prover o entendimento do mesmo.

A palavra público deriva do latim *publicus*, significando aquilo que diz respeito à todos. Público se refere ainda a tornar público, para publicar, do latim *publicare*, o que pressupõe uma ampliação do espaço comum e a atribuição de um valor normativo àquilo que é acessível a todos, uma passagem do comum – das trocas, do mercado – ao público. Nesse momento é que se estabelece o princípio de liberdade no espaço público, conseqüentemente, tornando-o lugar da discussão e de deliberação e, evidentemente, a condição para o desenho de um espaço político (Santos Filho, 2004). A configuração desses espaços reflete as dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais da cidade na qual está inserido.

Há uma extensa discussão sobre o conceito de cidade. Para Ferrari (2004, p.72), a cidade é um “espaço delimitado e contínuo, ocupado de forma permanente por um aglomerado humano denso e considerável em número, cuja evolução e estrutura são determinadas pelo meio físico, desenvolvimento tecnológico e modo de produção existente”. A definição de Ferrari é bastante significativa em alguns pontos, justamente por levar em consideração a evolução das cidades e conseqüentemente a transformação de alguns

parâmetros que as definem. Para ele há ainda relevância nas características comportamentais da população, as quais devem evidenciar “status” urbano.

O presente trabalho trata de uma pesquisa teórico-empírica, já que se propõe um estudo histórico sobre as cidades e seus espaços públicos, o qual servirá de fundamento para uma análise posterior. A constatação das transformações paralelas entre a urbe e seus espaços destinados ao uso comum permitirá uma análise dessa relação nas configurações atuais, de maneira geral e mais profundamente na cidade de Salvador, cenário último dessa pesquisa. O Método de abordagem é, essencialmente, o dialético já que se busca a relação entre as dinâmicas urbanas (sociais, econômicas e culturais) e o espaço público, na tentativa de elucidar a influência de um sobre o outro. Os métodos de procedimento utilizados no primeiro momento são o histórico e o exploratório, haja vista a necessidade de se traçar uma linha temporal para a realização do estudo proposto e de rever estudos anteriores que abordam a mesma temática. Posteriormente, é utilizado o levantamento direto como técnica de pesquisa, através de roteiro de observação participativa e aplicação de questionários.

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de discutir o papel dos espaços públicos nas cidades ocidentais, em blocos temporais que abrangem desde os primeiros núcleos até os pilares das configurações atuais, e seu uso e reconhecimento pela população atualmente. O desenvolvimento dessa pesquisa visa o aprofundamento do conhecimento sobre a realidade urbana, considerando que os espaços públicos de convivência estão presentes desde a formação dos primeiros núcleos. Especificamente, intenta analisar a configuração desses locais, a fim de estabelecer uma relação com a configuração da urbe como um todo, dentro de cada recorte temporal definido e, ainda, as tendências mais recorrentes na configuração atual para, por fim, buscar o entendimento da percepção do espaço público atualmente, através de pesquisa *in loco*.

O primeiro capítulo é o resultado da pesquisa histórica. Mostra, em cada um dos blocos temporais definidos, a configuração dos espaços públicos e as principais características sociais, econômicas e culturais, no intento de fundamentar a relação entre esses espaços e as dinâmicas urbanas. Aborda desde o surgimento dos primeiras aldeias até o início da

configuração das cidades atuais. O segundo capítulo abarca uma reflexão sobre as tendências vivenciadas atualmente nos espaços públicos, com enfoque no cenário latino americano, já que este apresenta maiores semelhanças com a realidade vivida no Brasil, especificamente em Salvador, cidade onde foi desenvolvida a pesquisa em campo. Esse capítulo pretende uma breve análise acerca dos fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos atualmente, a fim de esclarecer as razões que levam a apropriação ou não desses espaços pela população.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa em campo. Partindo do arcabouço fornecido nos capítulos anteriores, faz uma análise sobre três espaços situados na cidade de Salvador. Eles foram escolhidos por apresentarem tipologias distintas entre si, possibilitando a análise de diferentes tendências atuais na apropriação dos mesmos. Permite, enfim, que as análises feitas nesse trabalho percam um pouco da abstração ao serem refletidas em espaços atuais, com características conhecidas por quaisquer cidadãos. Não há a intenção de esgotar a discussão acerca da apropriação do espaço público e de sua relação com a cidade, mas sim, permitir um breve entendimento da importância dessa relação que tem raízes tão profundas quanto a organização humana em sociedade.



CAPÍTULO I

O ESPAÇO PÚBLICO NA EVOLUÇÃO DAS CIDADES

As cidades e as relações que nelas se estabelecem, com toda a complexidade que lhes são peculiares, surgiram através de um longo e gradual processo de transformação. Até 10.000 anos atrás, no período neolítico, o homem se estabelecia onde houvesse alimento disponível, migrando sempre que essa condição se alterava. Então, ele passou a produzir seu alimento e a criar animais, tornando possível uma organização estável e permanente. È sob essas circunstâncias que surgem as primeiras aldeias (Figura 1).

O Ambiente das sociedades neolíticas não é apenas um abrigo na natureza, mas um fragmento de natureza transformado segundo um projeto humano: compreende os terrenos cultivados para produzir, e não apenas para apropriar do alimento; os abrigos dos homens e dos animais domésticos; os depósitos de alimento produzido para uma estação inteira ou para um período mais longo; os utensílios para o cultivo, a criação, a defesa, a ornamentação e o culto. (BENEVOLO, 2005, p. 16)

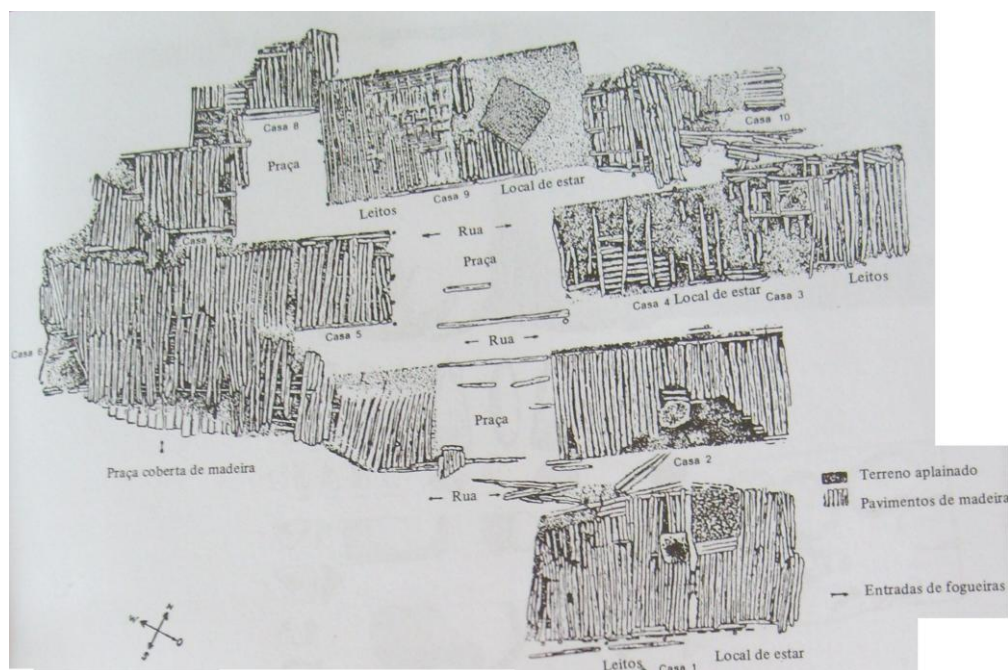


Figura 2 - Planta da aldeia neolítica de Federsseemor, na Alemanha, cerca de 2000 anos a.C
Fonte: BENEVOLO, 2005.

A cidade nasce da aldeia, mas não é apenas uma aldeia maior, ela apresenta alterações mais complexas na estruturação social. A aldeia se transforma em cidade quando passa a haver uma diferenciação na divisão do trabalho e na estruturação social resultante. Na cidade, o cultivo da terra e os processos de industrialização e prestação de serviços são realizados por dois grupos distintos e o segundo é mantido pelo excedente da produção do primeiro. A cidade, portanto, além de ser maior e mais complexa que a aldeia, passa por transformações muito mais rápidas e significativas. Os espaços públicos mantêm nos núcleos urbanos a convivência e sociabilidade que foram determinantes ao avanço e estruturação social (BENEVOLO, 2005).

Assim como o surgimento dessas primeiras aldeias, a organização humana apresenta alterações expressivas ao responder a uma mudança, principalmente, no seu modo de produção. A cidade antiga se desenvolve quando há a difusão da utilização do ferro, da escrita e da moeda cunhada; há excedente de produção, aumento populacional e maior complexidade do ambiente citadino (BENEVOLO, 2005). Após o declínio da Cidade Antiga, a Europa Ocidental sofre um intenso processo de ruralização. Nesse período há uma retração do papel das cidades, a vida passa a acontecer no interior das muralhas feudais. Poucos núcleos urbanos são mantidos através das atividades de uma nova classe, a burguesia, a qual começa a se formar baseada na atividade comercial (HAROUEL, 1990).

A cidade mercantil se desenvolve quando as práticas e relações características da Idade Média e de seus feudos e burgos já não satisfazem as necessidades da sua população. Nessa época o crescimento da cidade é destinado para fora dela. A produção excedente precisa ser comercializada e a população residente já não faz frente a esse consumo. Há para tanto os grandes mercados e as cidades que atendem ao propósito da comercialização. A cidade mercantil cede lugar à cidade industrial após as profundas transformações nos meios de produção. A partir da segunda metade do século XVIII, os progressos tecnológicos acarretam em mudanças significativas na estrutura social e urbana. A esse progresso está aliado um aumento no padrão da qualidade de vida que contribuíram para um crescimento sem precedentes da população mundial. Essas

mesmas condições estão conectadas com a reestruturação da relação cidade-campo, cenário da cidade industrial (BENEVOLO, 2005).

Por representarem profundas transformações tecnológicas, sociais e políticas e com características distintas, esses serão os períodos apresentados no presente trabalho no intento de prover o entendimento dos espaços públicos urbanos face à evolução das cidades (Cidade Antiga, Cidade na Idade Média, Cidade na Idade Moderna e o despontar da Idade Contemporânea). Essa divisão baseia-se, acima de tudo, na configuração dos espaços públicos e na preponderância do seu uso. Foi a divisão histórica-temporal que permitiu analisar como as grandes transformações na apropriação desses espaços estão relacionados ao modelo de desenvolvimento econômico-tecnológico e sócio-cultural.

É relevante dizer que, certamente, há sub-períodos no interior de cada um deles e que estes são igualmente importantes, porém, para efeito de compreensão do processo, entendemos que a definição dos períodos ora apresentados atendem a compreensão da realidade atual. No intento de não tornar a análise superficial há ainda o recorte entre as cidades orientais e ocidentais, tendo sido as ocidentais escolhidas por sua maior influência na urbanização brasileira, cenário último dessa pesquisa.

A Cidade Antiga (4.000 a.C. a 476 d.C.) – Grécia e Roma

O modelo de “cidade antiga” deriva essencialmente do urbanismo grego e de parte do urbanismo romano. E o período é aqui determinado pela duração de ambas as civilizações, iniciando em 4.000 a.C. com a estimativa do início da civilização grega e indo até 476 d.C. com a queda do Império Romano Ocidental. A relação entre os dois pensamentos, o grego e o romano, é de continuidade. As cidades gregas representam a apreciação da vida coletiva em núcleos menores. As cidades romanas derivam de um pensamento urbano que chega a seu pleno desenvolvimento tanto na grande Roma

quanto nas cidades provincianas que não ultrapassavam algumas dezenas de milhares de habitantes (HAROUEL, 1990).

A população grega vivia em uma área amuralhada e cultivava os campos férteis ao redor das muralhas, tendo cada *pólis*¹ sua própria organização política e socioeconômica. A cidade grega tinha sua fundação como um ato político, uma conquista e tomada do território. A edificação das cidades, então, era regida pela necessidade de defesa, pela crença religiosa e pela submissão do grupo às leis (HAROUEL, 1990). As cidades eram desenhadas por ruas estreitas que se estendiam ao pé de uma colina no alto da qual eram erguidos os templos dos deuses. A dinâmica da cidade grega baseava-se na coexistência de três elementos: o Lar Comum, o Conselho (Bulé) e a Assembléia (Ágora). O Lar Comum (Pritaneu) era onde se realizavam os sacrifícios aos Deuses protetores, os banquetes rituais e onde se recebiam os hóspedes estrangeiros.

O fogo do Pritaneu era mantido aceso constantemente e no caso de fundação de uma nova colônia, o fogo para a nova pátria era tomada daquela que a deu origem. O Pritaneu mantinha, portanto, uma forte ligação entre os habitantes e também entre as colônias. Ao lado do Pritaneu localizava-se o Buletérion, local de reunião do Bulé, conselho de representantes advindos da Assembléia dos cidadãos. Essa assembléia maior recebia o nome de Ágora, sinônimo do local utilizado para a realização desses encontros. Era na Ágora, a praça grega, que essa Assembléia se reunia para ouvir decisões acordadas pelo Bulé ou para deliberar o que fosse necessário (BENEVOLO, 2005).

A vida da sociedade grega acontecia, na maior parte do dia, no espaço público. E esses espaços eram ordenados e articulados de acordo com decisões tomadas pela Assembléia. Segundo Benevolo (2005) e Harouel (1990), o desenho da cidade se dividia em duas partes essenciais: a acrópole e o astu. A acrópole estava incrustada no alto da colina e guardava os templos dos deuses. Era amuralhada e servia ainda como última

¹ “A cidade [para os gregos] (*pólis*) é antes de tudo uma comunidade de cidadãos, uma associação de caráter moral, político e religioso. A idéia de cidade surge numa sociedade rural, com habitações dispersas, e as associações políticas que então se formam são independentes de qualquer idéia urbana. Na prática, a cidade logo comporta um estabelecimento urbano, mas engloba igualmente os campos, com seus burgos onde os habitantes são também cidadãos, membros da *pólis*, da mesma forma que os cidadãos” (HAROUEL, 1990, p 11).

linha de defesa caso a cidade fosse invadida. A parte baixa, astu, era onde se desenvolviam o comércio e as atividades civis. Era nela onde encontrava-se a Ágora (Figura 2), que rouba o papel político e religioso da acrópole com o passar do tempo, tornando-se peça característica do urbanismo grego.

Local de assembléia do povo, a ágora se torna o centro da vida política e administrativa da polis, ao mesmo tempo em que ali se instalam numerosos cultos, è nessa época que a presença da ágora se impõe como um dado fundamental do urbanismo grego [...]. (HAROUEL, 1990, p 13)



Figura 2 – Vista da Ágora de Atenas, cerca de 10 anos a.C
Fonte: BENEVOLO, 2005.

Para Benevolo (2005), o caráter da convivência civil na cidade grega se revela na sua unicidade. Nela não existem zonas ou partes, é um organismo único. As construções distinguíveis na cidade são os recintos comuns, templos dos deuses ou edifícios públicos. No mais, as construções das habitações preservam grandes similaridades, não se dividindo por padrão ou estirpe ou sendo agrupadas por classes. Segundo o autor “a simplicidade das casas deriva das limitações da vida privada (...). Os monumentos

espalhados por todos os bairros recordam, em qualquer lugar, os usos e as cerimônias da cidade como casa de todos.” (p. 105). Esse organismo artificial que é a cidade, completa seu conjunto com o ambiente natural no qual está inserido, existindo sempre a preocupação e o cuidado de preservar o delicado equilíbrio que os une.

A unicidade, o equilíbrio e a articulação com a natureza, aliados ao controle do crescimento, refletem a convivência humana preservada e perdurada na configuração espacial dessas cidades. Nas cidades gregas, há uma concordância sobre o número de habitantes, dez mil era o número considerado ideal ao desenvolvimento pleno da vida civil. “A população deve ser suficientemente numerosa para formar um exército na guerra, mas não tanto que impeça o funcionamento da assembléia, isto é, que permita aos cidadãos conhecerem-se entre si e escolherem seus magistrados” (BENEVOLLO, 2005, p.77). Na observância desse limite populacional, quando se chegava a certo número organizava-se uma expedição para formar outra colônia.

Esse número não representava algo inflexível, Atenas chegou a registrar 40.000 habitantes e Siracusa chegou aos 50.000 ao concentrar a população de territórios conquistados. A cidade imaginada por Hipódamo de Mileto pode ser vista como uma racionalização das características mais marcantes da cidade grega – a unicidade, o equilíbrio e o controle do crescimento. Segundo Harouel (1990), Hipódamo imaginou uma cidade de dez mil habitantes, com o território dividido em três partes: uma consagrada aos deuses, uma pública e uma reservada às propriedades privadas. Todo o território, no entanto, deveria ser dividido regularmente (Figura 3). Uma cidade inteira foi construída baseada nesse traçado quadricular pela primeira vez no século V, pelos gregos, durante a reconstrução da cidade de Mileto.

As guerras continuadas foram a causa maior da ruína do mundo grego. Primeiro as guerras médicas² e posteriormente a guerra do Peloponeso³ causaram um verdadeiro

² Confronto entre a Grécia e o Império Persa, o qual já havia conquistado colônias gregas na Ásia Menor. Aconteceu entre os séculos IV e V e ficou conhecida como Guerras Médicas porque os gregos chamavam os persas de medos (MOTA e BRAICK, 2002).

³ Confrontos entre os exércitos de Atenas e de Esparta. A primeira defendia um projeto de democracia e a expansão comercial enquanto a outra lutava pelos interesses de uma aristocracia agrícola e liderava a Liga

esgotamento nas cidades gregas. Sem condições de uma reorganização política e isoladas umas das outras, tornaram-se alvos fáceis para uma invasão externa. A Grécia foi então dominada pela Macedônia, permanecendo assim até a morte do Imperador Alexandre. O império foi dividido em estados menores que foram reagrupados entre os séculos II e I a.C. ao serem conquistados por Roma (MOTA e BRAICK, 2002).

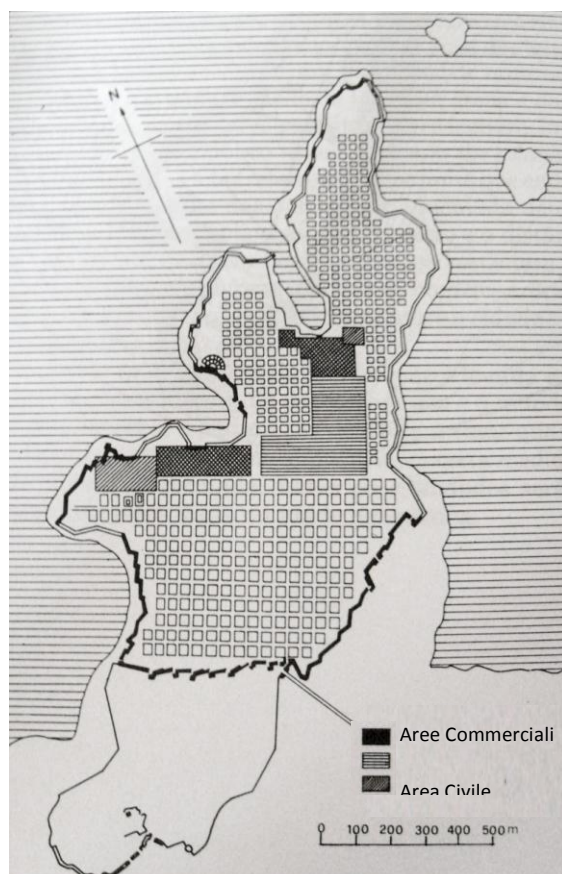


Figura 3 - Planta de Mileto, organizada no século Va.C, por Hipódamo.

Fonte: BENEVOLO, 2005.

A origem lendária de Roma refere-se aos irmãos Rômulo e Remo como seus fundadores, em 753 a.C. Segundo Harouel (1990, p.22), “a história romana se desenvolve por mais de um milênio, desde a Roma primitiva até as prestigiosas realizações urbanas do final da República e do Império”. A história romana se divide em três períodos. O reinado dos irmãos fundadores e de mais cinco outros reis define o primeiro período, a monarquia,

do Peloponeso. Foram 28 anos de luta, iniciadas em 431 a.C., que terminaram com Atenas derrotada e as cidades gregas da antiguidade completamente esgotadas (MOTA e BRAICK, 2002).

sobre o qual pouco se tem documentado. O segundo período se estende de 509 a 27 a.C., sendo iniciado após a deposição do sétimo monarca romano. O sistema político passou a ser baseado nas assembleias (comícios), as quais deram, gradativamente, mais voz ao povo em consequência da relativização da estruturação social.

Ainda segundo Harouel (1990), as cidades romanas são o centro político-administrativo, econômico e cultural da sociedade romana além de serem palco para o entretenimento popular. Elas são erguidas no interior de muralhas, inicialmente pelo ato religioso de delimitação e, séculos depois, pela necessidade crescente de defesa do território. Os dois eixos medianos do retângulo demarcado eram traçados no ritual de fundação das cidades, o *cardo*, cortava a cidade no sentido norte-sul e o *decumanus*, no sentido leste-oeste. Não só os eixos principais como também as demais ruas eram, em geral, pavimentadas e ladeada por calçadas. Apesar de aparecerem já nas cidades gregas, as calçadas ganham maior importância nas romanas, pois representam a necessidade crescente de segregar nas vias as áreas destinadas à circulação dos pedestre e aquela destinada à circulação das carroças.

O emprego sistemático do traçado ortogonal confere às cidades romanas a forma de um retângulo. O coração da cidade romana estava no *Fórum* (Figura 4), uma praça situada na interseção dos eixos *cardo e decumanus*. O Fórum desempenhava o papel de mercado, local de encontro e reunião política; era o centro da vida pública e religiosa. Seu desenho lembra o da ágora grega, sendo rodeado por edifícios públicos ligados por pilastras que lembravam os pórticos gregos. Sua função era remodelada de acordo com as mudanças políticas e sociais na sociedade romana, mas o papel central nunca foi perdido. Nas cidades provinciais, onde o exercício do poder acontecia por meio das assembleias populares, o Fórum era o local de reunião e votação, os chamados comícios (BENEVOLLO, 2005).

Além do fórum havia uma praça secundária a qual reunia equipamentos de lazer – teatros, anfiteatros e circos. A vida cultural em Roma é mais complexa que na Grécia, no entanto, preserva o caráter público em todos esses eventos. A estruturação das habitações é um pouco mais complexa que no mundo grego, porém a vida continua

centrada no espaço público. As habitações são de dois tipos – *Domus e Insalve*. As primeiras são casas particulares, térreas, destinadas a vida familiar e de seus empregados. As domus pertenciam a famílias de classes mais abastadas. As insalve eram construções, de vários andares, divididas em apartamentos de aluguel. A salubridade e o conforto nesse tipo de habitação variavam de acordo com a classe ocupante (BENEVOLLO, 2005).

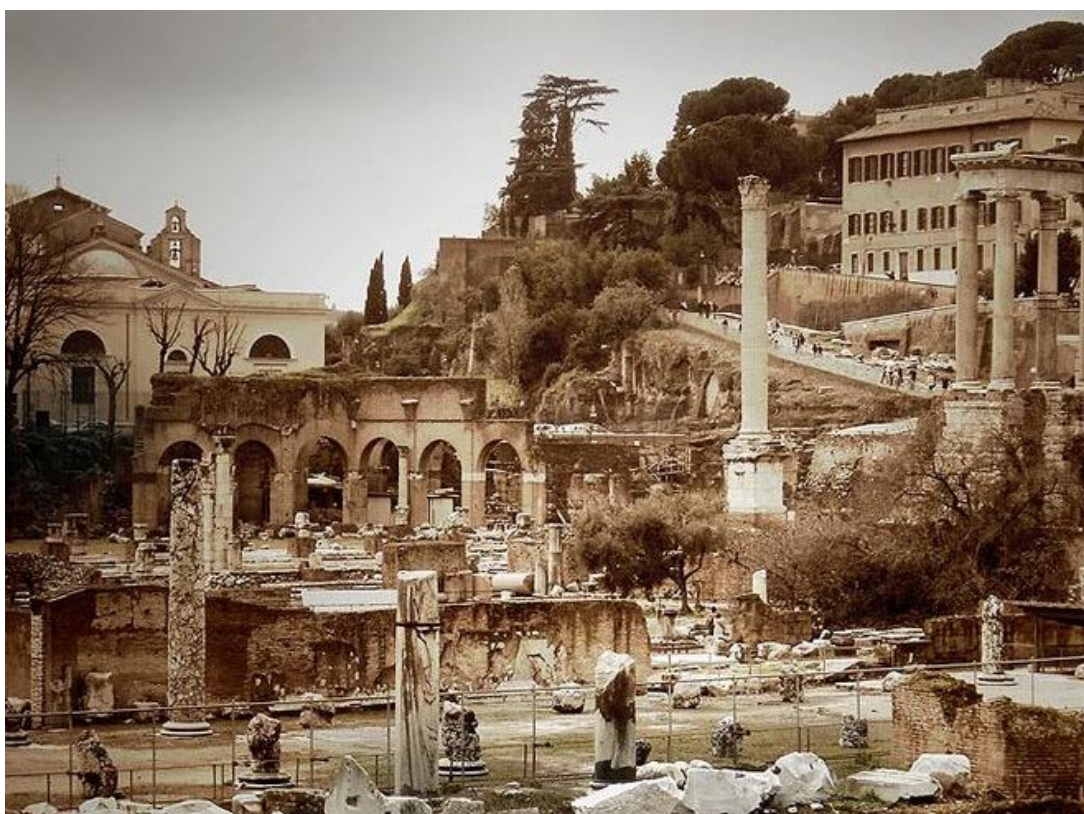


Figura 4 – Ruínas do Fórum Romano em Atenas.

Fonte: http://tetraktys.multiply.com/photos/album/123/Forum_Romano_1#photo=17, acesso em 05 de junho de 2010.

Durante o terceiro período Roma viveu o apogeu da sua prosperidade (Figura 5) e isso foi refletido nas suas cidades. A prosperidade econômica não foi acompanhada pela difusão de bases democráticas e isso foi refletido nos espaços públicos, pois eles tornaram-se mais segregados, a exemplo da difusão das calçadas, e menos universais, já que acompanharam a estratificação social (HAROUEL, 1990). No século III da era cristã, Roma entra em declínio. Há uma crise generalizada nas instituições políticas e na economia. A situação é agravada pela crescente substituição do escravagismo pelo

colonato – pessoas empobrecidas passavam a trabalhar para grandes proprietários de terra em troca de proteção e de um pequeno lote, sendo esse contrato vitalício.

Essa movimentação populacional causou um esvaziamento nas cidades ao mesmo tempo em que o comércio decaía e as pedras preciosas escasseavam. Em 395 o Império romano foi dividido em Império do Ocidente, com Milão como capital, e Império do Oriente, com capital em Constantinopla. Cem anos depois o Império oriental se mantinha centralizado e forte, com cidades em ascensão e comércio próspero. Enquanto o Império ocidental era cada vez mais fragmentado pelas sucessivas invasões. Sem uma unidade política e econômica ou força para estabelecê-lo, a ruralização se impôs no Império ocidental até 476 a.C., quando esse já não existia (MOTA e BRAICK, 2002).



Figura 5 – Império Romano: apogeu da expansão comercial.
Fonte: MOTA e BRAICK, 2002. p. 59.

Cidade na Idade Média (século V a XV) – Feudos e Burgos

As transformações ocorridas na Europa Ocidental, consolidadas nos meados do século IX, resultou da conjunção de vários fatores. O enfraquecimento do sistema político, conseqüentemente, das cidades, acentuou o processo de ruralização agravado pela queda do Império romano ocidental. Outro fator foi a atmosfera de insegurança gerada pelas contínuas invasões bárbaras. Para muitos historiadores a Idade Média tem seu início marcado pela deposição do último imperador romano ocidental, em 476 d.C., e o fim, pela queda do Império Romano Oriental com a conquista de Constantinopla pelos Turcos, em 1453. E o período da idade média é marcado profundamente pelo desenvolvimento das instituições feudais.

As instituições feudais são também as maiores determinantes da configuração espacial nesse período. Segundo Le Goff (1980, p.13), o feudalismo é

“um sistema de organização econômica, social e política baseada nos vínculos de homem a homem, no qual uma classe de guerreiros especializados – os senhores –, subordinados uns aos outros por uma hierarquia de vínculos de dependência, domina uma massa campesina que explora a terra e lhes fornece com que viver.”

Para Benevolo (2005), a consequência mais expressiva da crise política e econômica dos primeiros cinco anos após a queda do Império Romano Ocidental é a ruína das cidades. Há um esvaziamento das suas funções administrativas, políticas e sociais. A população se desloca para o campo em busca de proteção e de um meio para prover seu próprio sustento. As grandes propriedades rurais e seus senhores passam a abrigar a massa que se desloca da cidade em troca de terras cultiváveis e proteção. Essa relação era regida pelas regras do colonato. Em troca de uma pequena porção de terra, proteção e parte da produção, os servos não podiam abandonar a propriedade, trabalhavam nas terras dos senhores e transmitiam aos filhos as mesmas condições servis.

específicos em estradas. A partir dos meados do século XIII essas feiras tomaram maior notoriedade, algumas doando origem a novas ocupações urbanas (Figura 7). As feiras e mercados eram, nesse período, as maiores manifestações ocorridas nas áreas comuns.

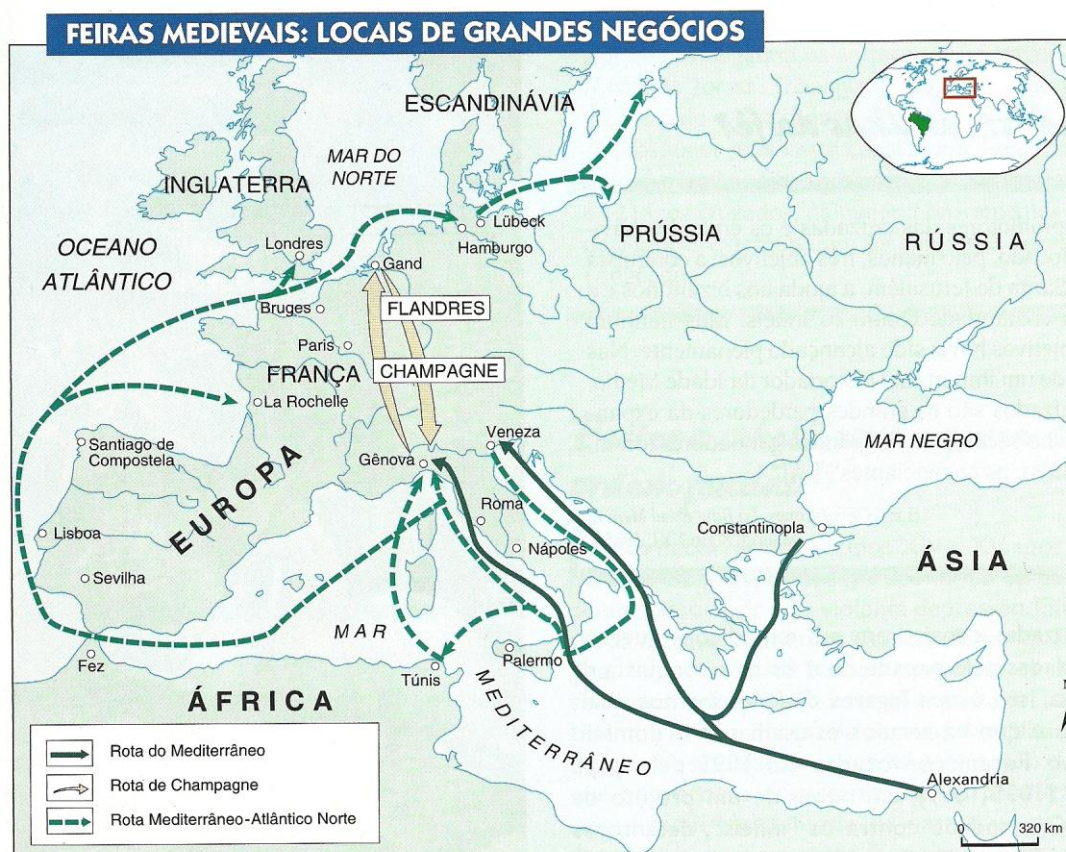


Figura 7 – Feiras Medievais na Alta Idade Média.
Fonte: MOTA e BRAICK, 2002.

A atividade comercial foi majorada também em virtude do desenvolvimento do comércio marítimo. As cidades deixaram de ser o centro administrativo, mas representavam um refúgio para aqueles que não se deslocaram para o campo. Cresce assim a massa de mercadores e artesãos que vivem à margem das instituições feudais. Os burgos, como são então denominados esses remanescentes núcleos urbanos, cresceram fortificados usando os grandes edifícios da Antiguidade (Figura 8), e foram a propulsão para a retomada do estilo de vida urbana. Os burgos e os feudos desenvolviam-se paralelamente. A constituição dessas duas unidades conferiu a este período uma diferenciação campo X cidade muito tênue.

“Enquanto desaparece a diferença jurídica entre cidade e campo, também a diferença física entre os dois ambientes se torna cada vez menor. A disposição das comunidades urbanas, menores e mais pobres, nas estruturas demasiado ampla das cidades romanas e a formação das aldeias rurais nos lugares propícios do ambiente natural – no topo de uma colina, na confluência de dois rios – se desenvolve de modo muito semelhante”. (BENEVOLO, 2005, p.255)



Figura 8 - A cidade medieval construída no interior do anfiteatro de Arles.
Fonte: BENEVOLO, 2005. p. 254

É nesse período também que a Igreja (Católica) começa a interferir na configuração urbana e, conseqüentemente, dos espaços públicos. Esses espaços perdem um pouco da sua força e da sua representatividade social por conta das relações políticas que são mais hierarquizadas. Nos feudos, os castelos e as abadias eram os espaços de convivência dos senhores, enquanto os mercados e feiras eram as maiores manifestações em espaços livres para os colonos, artesãos e comerciantes.

A crise do feudalismo tem raízes justamente na demasiada hierarquização das relações estabelecidas entre os senhores feudais e seus vassallos. A opressão e enorme carga tributária geraram sucessivas movimentações contra a aristocracia feudal. Avanços tecnológicos surgidos na Baixa Idade Média permitiram uma maior produtividade agrícola

a qual viria a incrementar as atividades comerciais, mas que, por outro lado, reavivaram o estilo de vida urbano através do fortalecimento dos Burgos. Essa nova possibilidade contribuiu sobremaneira com a crise dos sistemas feudais.

A Cidade na Idade Moderna (séculos XV a XVIII) - Mercantilista

O período Histórico compreendido entre a segunda metade do século XV e o início do século XVIII, denominado Idade Moderna, é também conhecido como época do Antigo Regime. Nesse período, tradições seculares da ordem feudal, política, social e econômica, se misturaram aos interesses de uma classe que se formava – a burguesia. As novas relações foram consolidadas com a instituição dos Estados-Nacionais os quais adotaram, ainda que de forma heterogênea, práticas mercantilistas (intervenção estatal na economia e orientação de investimentos públicos a fim de majorar a acumulação de capital). (VINCENTINO e DORIGO, 2001)

Para Benevolo (2005) as cidades mercantis crescem sem uma ordem lógica comum a todas elas, por conta da herança medieval a qual não tendia a aplicação de modelos formais como fazia a cultura antiga. Sendo assim, esse é um período no qual não existe um modelo predominante de cidade, uma descrição geral. Elas apresentam tantas formas quanto possível, se adaptam às circunstâncias históricas e ao ambiente natural. No entanto, existem algumas tendências que derivam das instituições políticas e econômicas do período e que, portanto, se apresentam na maioria dos núcleos urbanos desse intervalo temporal.

Todas as cidades são amuralhadas e a medida que crescem, muros concêntricos são construídos. Essas muralhas representam a obra pública mais cara. Antes de construir uma nova muralha todo o espaço interno é aproveitado causando um maior adensamento populacional. As ruas apresentam uma hierarquização perceptível. As vias principais servem ao tráfego, a parada, ao comércio e as reuniões; as secundárias servem apenas

para passagem. A cidade é dividida em bairros e cada um deles tem características próprias: na sua aparência, na sua simbologia e, as vezes, na sua organização política. As classes mais abastadas moram no centro e as mais pobres vivem nos bairros mais periféricos.

O espaço público sofre grandes alterações. A praça já não é uma estrutura independente, se torna um largo que converge para as ruas da cidade. O espaço público não é separado e com estatuto próprio como nas cidades da Antiguidade. Ele é complexo e unitário e se espalha por toda a cidade. As saliências das casas que cobrem uma parte da rua, os pórticos e as escadas externas contribuem para uma ligação estreita entre os espaços privados e os públicos. A convivência desses espaços é regulada por leis públicas específicas e a interação deles é característica marcante dessas cidades.

A complexidade dos espaços públicos é aumentada porque ele passa a integrar dois poderes – o político e o religioso. Na Cidade Antiga os dois poderes eram parte de um todo. Nas Cidades Mercantis eles passam a ser independentes um do outro, logo, passa haver mais de um centro. (Figura 9) Há um centro civil, o qual abriga o Palácio Municipal, um religioso, que comporta a Catedral e o Palácio Episcopal, e um ou mais centros comerciais. Esses centros podem até apresentar certa sobreposição, mas é menos comum e conflituoso que aconteça entre o centro civil e o religioso já que a contraposição entre eles era mais acentuada.

A expansão marítima européia foi outro fator determinante a implementação das práticas mercantilistas, pois provocou uma verdadeira revolução comercial. Novos mercados foram abertos e as técnicas de navegação foram aprimoradas. A abertura dos caminhos das Índias e das Américas possibilitou o exercício da prática mercantil em escala mundial. Assim, os grupos sociais atrelados ao mercado comercial e financeiro aceleravam a acumulação de riquezas, forjando as condições necessárias do advento industrial dos séculos XVIII e XIX, quando a burguesia atingiria sua maturidade e as antigas relações de poder seriam finalmente rompidas.



Figura 9 – Vista da área central de Viena
Fonte: BENEVOLO, 2005. pg 268.

É no contexto mercantil, expansão marítima e busca de novas colônias, que nasce a cidade de Salvador, cenário último dessa pesquisa. Fundada em 1549, como colônia da Coroa Portuguesa, tem sua configuração e seu modo de vida alterado acompanhando as principais tendências surgidas nas cidades européias. Nasce planejada e amuralhada, situada no alto de uma escarpa de frente para uma baía. A localização além de facilitar a defesa, favorecia o comércio. A forma e a vida na cidade sofreu grande influência da Igreja Católica e os espaços públicos de então, bem como sua apropriação refletiam essa influência. As principais praças encontravam-se diante de edificações religiosas: A Praça da Sé, diante da igreja de mesmo nome e o Largo do Carmo, diante do convento também de mesmo nome.

O despontar da Idade Contemporânea (séculos XVIII a XX) – A cidade industrial e a Moderna

O processo de acumulação do capital, acentuado a partir do século XVI com a Revolução Comercial, proporcionou as condições necessárias para o desenvolvimento da mecanização industrial. Os avanços tecnológicos aplicados às linhas de produção desviaram a acumulação de capital da atividade comercial para o setor de produção. Essa substituição implicou em mudanças na ordem econômica e social e sepultou as relações e práticas feudais ainda existentes (MUNFORD, 1998). A falência dessas antigas relações incitou o deslocamento de uma grande massa populacional do campo em direção às cidades. No sistema político, o absolutismo foi totalmente substituído pelo Parlamento, pré-requisito para a plenitude capitalista burguesa.

A forma urbana é completamente alterada para satisfazer as necessidades da nova dinâmica que se instalara, primeiro na Inglaterra e, mais tarde, no resto do mundo. São vários os fatores que contribuem para a nova ordem urbana. A população dá um salto em crescimento; as taxas de natalidade superam as taxas de mortalidade e a expectativa de vida sobe de 35 para 50 anos. A Inglaterra contava 7 milhões de habitantes em 1760 e passa para 14 milhões em 1830. Há ainda o aumento da produção de bens e serviços, que ligado ao crescimento habitacional forma um ciclo ascendente: maior número de habitantes requer maior oferta de bens e serviços, essa oferta maior e em qualidade superior proporciona mais qualidade de vida e ainda tendem a uma busca por bens e serviços mais diversos (BENEVOLO, 2005).

Do progresso industrial, a extração mineral e vias de circulação marítimas e terrestres, surgiram inúmeros núcleos urbanos. Em algumas situações, a cidade anterior passa a ser centro da cidade nova. Os espaços existentes são completamente alterados para dar lugar aos automóveis, as ruas antigas tendem a ser alargadas e novas vias de circulação são abertas para ligar as novas áreas que se formam. A formação dessas novas áreas fora ao núcleo central, subúrbios, acontece de maneira distinta entre os países

desenvolvidos e os considerados em desenvolvimento. Nos primeiros, à exemplo os Estados Unidos, essas áreas abrigam ocupações unidomiciliares de alto padrão arquitetônico. Nos segundos, à exemplo o Brasil, o subúrbio é sinônimo de baixa renda e auto construção de moradias (SENA, 2008).

Forma-se também a área externa a esse núcleo central igualmente de forma aleatória e desordenada, através de iniciativas individuais. São bairros de luxo, bairros pobres, industriais, depósitos ou instalações fabris. Essas duas unidades, o velho centro e a periferia, se fundem formando um tecido compacto. As famílias passam a viver mais isoladamente. Os mais ricos em propriedades maiores e mais afastadas do centro, e as mais pobres em moradias precárias e tão justapostas que não há espaço para vida ao ar livre. Esse ambiente desordenado e insalubre, chamado por Benevolo (2005) de Cidade Liberal é a expressão máxima da liberdade de iniciativa individual.

A essas iniciativas são sobrepostas iniciativas públicas e particulares descoordenadas. A liberdade individual, condição ao desenvolvimento da economia industrial, são insuficientes para lidar com as transformações urbanas advindas justamente do desenvolvimento da economia industrial. A população mais pobre é atingida em maior grau, no entanto, as classes mais favorecidas não encontram meios para se abster completamente do ambiente inabitável que se forma. A cólera espalhada pela Europa em 1830 desencadeia ações corretivas na higiene das cidades, representa, ao menos, o começo da mobilização em torno dos problemas mais graves que se manifestam no ambiente construído (BENEVOLO, 2005).

Em contraponto à cidade liberal nascem modelos, os quais substituem a liberdade individual pela vida coletiva ou tentam ordenar e racionalizar o ambiente urbano, alguns, considerando o automóvel como protagonista. São exemplos: a aldeia-modelo proposta por Robert Owen, em 1820, ou o Falanstério de Charles Fouier (BENEVOLO, 2005). Há ainda “The Garden Cities of tomorrow” (Figura 10) idealizadas por Ebenezer Howard em 1898 e “Broadacre City” formulada por Frank Lloyd Wright (HAROUEL, 1990). No entanto, nenhum deles atingiu tanto a configuração urbana, concretamente, quanto a corrente

Progressista⁴. Eles buscam soluções para as fragilidades da cidade liberal na racionalidade, no planejamento e na coordenação das ações, abrindo espaço para as tendências que se multiplicariam no século seguinte.

A corrente progressista inspirava-se no racionalismo e na funcionalidade dos espaços. A Carta de Atenas, que sintetizava as tendências do urbanismo moderno e, conseqüentemente, a corrente progressista, é oriunda da Assembléia do Congresso Internacional da Arquitetura Moderna, em 1933. Ela propunha, dentre outras coisas, a setorização urbana a partir de suas funções (habitação, trabalho, lazer e circulação). No Brasil, especificamente em Salvador, as tendências modernistas protagonizaram mudanças significativas na configuração da cidade. Em 1935, na I Semana de Urbanismo, os planos de melhoria refletiam o ideário moderno e as propostas da Carta de Atenas no desenho largo e fluido das grandes avenidas, na segregação funcional e no “pensar a cidade” globalmente.

Ao pregar ainda que as necessidades humanas básicas são compartilhadas por todos igualmente, a ideologia modernista generalizava soluções. Essa tendência afetou diretamente os espaços públicos, os quais passaram a seguir uma tendência unificada, perdendo particularidades e muitas vezes conectividade com o entorno. Essa unificação da configuração desses espaços afeta a apropriação dos mesmos, pois deixam de refletir, em alguns casos, a dinâmica local, afastando a população.

A tendência modernista de valorizar grandes áreas verdes e edifícios isolados, além da segregação entre a circulação do veículo e do pedestre (SENA, 2008), desenha as ruas como espaços inadequados para as pessoas, afasta as casas desses espaços e segrega a convivência social e com o ambiente urbano. Jacobs (2000) critica a corrente modernista e defende as ruas e a apropriação delas pela população. Para a autora, as ruas são espaços públicos fundamentais de uma cidade:

As ruas da cidade servem a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas – a parte das ruas que cabe aos pedestres – servem a muitos fins além de abrigar pedestres. Esses usos estão relacionados à circulação,

⁴ Classificação estabelecida por Françoise Choay com base nos preceitos do movimento moderno, publicada no livro *O urbanismo: utopias e realidade*, uma antologia, em 1979.

mas não são sinônimos dela, e cada um é, em si, tão fundamental quanto à circulação para o funcionamento adequado das cidades. (JACOBS, 2000, p.29)

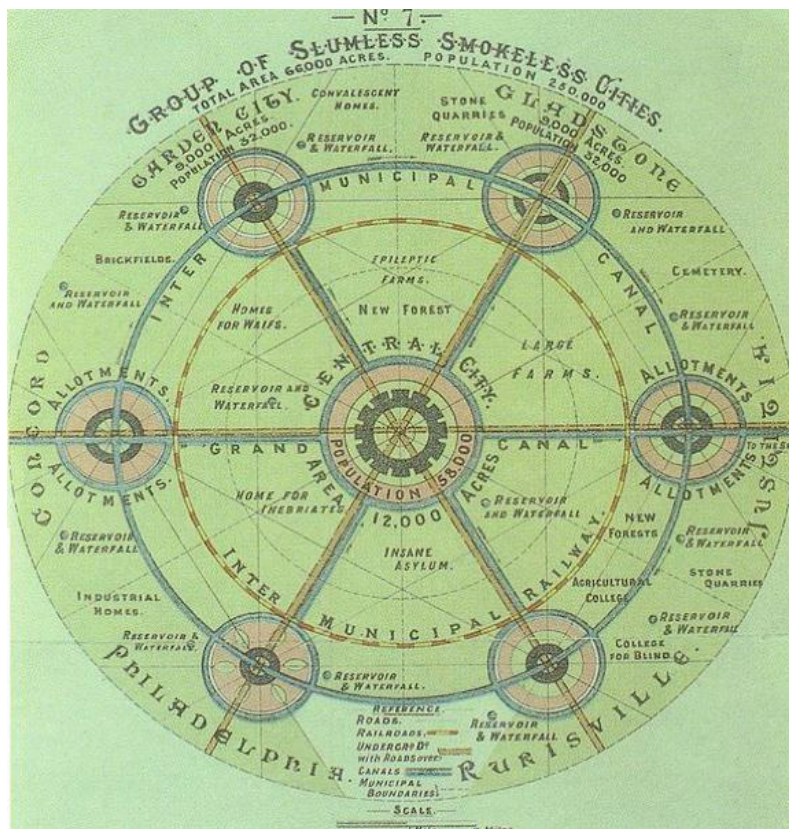


Figura 10 – Esquema da Cidade Jardim

Fonte: <www.library.cornell.edu/Reps/DOCS/howard2.gif>, acessado em 12.mai 2010.

A introdução do veículo motorizado é determinante na configuração dos espaços públicos (Figura 11), pois, a partir de então, eles passam a ser protagonistas nos mesmos. O transporte motorizado passa a ser norteador no desenho de toda a cidade quando se torna o principal meio de circulação. Segundo Munford (1998), o planejamento baseado no transporte individual causa danos irrestritos às cidades já que os espaços passam a ser destinados a eles em detrimento das outras funções urbanas: “Hoje, o meio mais popular e eficaz de destruir uma cidade é a introdução de auto-estradas expressas de muitas pistas, especialmente as elevadas, no núcleo central” (MUNFORD, 1998, fig. 47). Para ele, isso reflete uma cidade onde uma única função transforma-se “em única razão

da sua existência – ou melhor, a justificação triunfante da sua não existência” (MUNFORD, 1998, fig. 47).

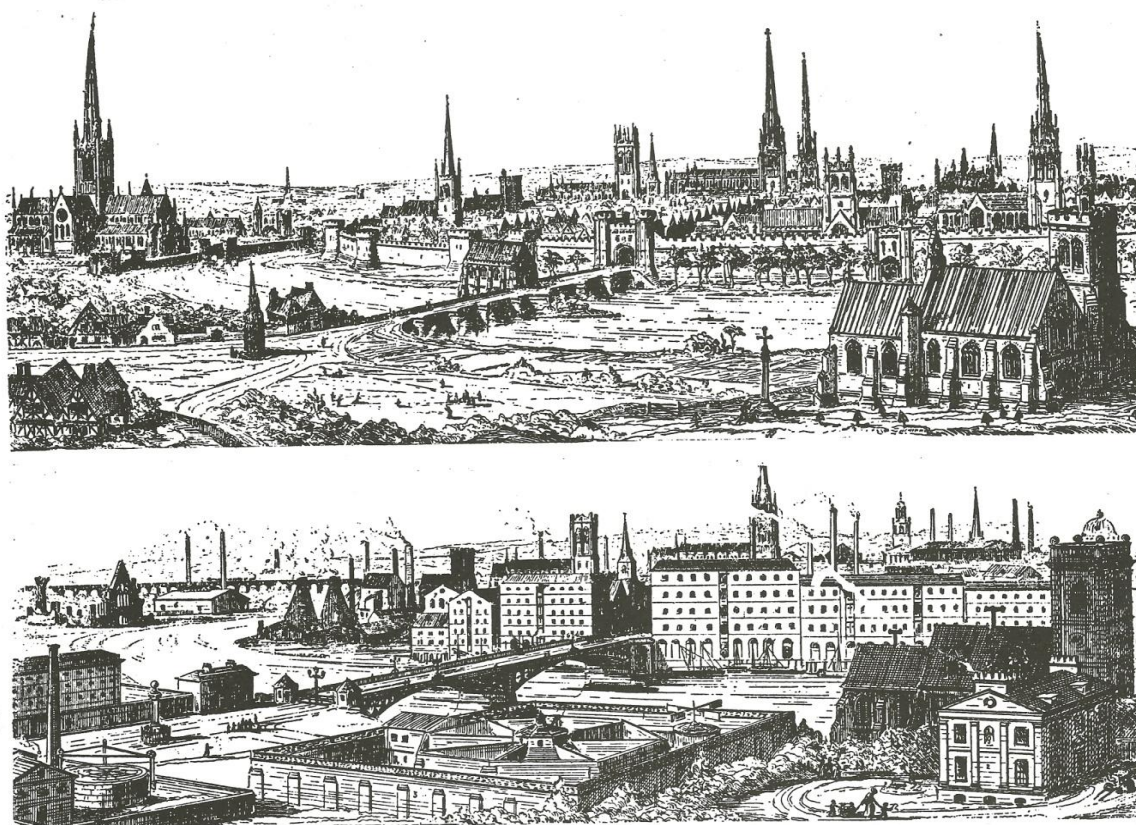


Figura 11 – Gravuras de uma cidade cristã em 1840 e em 1940
Fonte: BENEVOLO, 2005

O que se pode ver diante desse panorama histórico é que os espaços públicos acompanham e refletem as mudanças na ordem política, econômica e social ocorridas ao longo do processo de transformação das cidades. O espaço público na Grécia era reflexo direto do nível de sociabilidade e convivência d sua população. a ágora representa o ápice da apropriação pública. Se a pólis grega extrapola o nível físico em seu conceito, a ágora é o centro de sustentação desse modo de vida e essa vivência e apropriação se estendia a outras construções e espaços como as ruas, o Lar Comum e os Templos. Esse nível de convivência e sociabilidade se tornava possível em função de uma sociedade que sobrepujava o interesse coletivo.

O espaço público em Roma já demonstra uma diminuição da universalidade desses espaços, pois começa a se aprofundar a divisão de classes e a hierarquização do poder e ambas as situações interferem na apropriação dos espaços públicos. Na idade média essas diferenças são mais acentuadas, o que corrobora a incidência direta da divisão social e econômica na apropriação desses espaços. A medida que a diversidade de classes econômicas foi se aprofundando, as diferenças na configuração dos espaços e na apropriação dos mesmos foi ficando mais evidente. A Cidade Mercantil apresenta continuidade dessa tendência e acentua a diferença de acordo com o nível de renda, ampliando ainda a interiorização da vida a espaços privados.

A Igreja também apresenta influência nos aspectos tratados, desde a unificação religiosa de Roma sob o catolicismo. Desde então a construção de igrejas, monastérios, conventos e abadias alteraram a configuração de núcleos urbanos e originaram outros. Há ainda que se considerar as transformações culturais impostas pelas práticas religiosas as quais tendem a resguardar o convívio e a sociabilidade ao interior das casas e igrejas, “desaprovando” também parte das manifestações populares ocorridas nesses espaços livres.

A cidade industrial e a Cidade Moderna apresenta uma diminuição no uso dos espaços públicos pela população e uma segregação tanto espacial quanto social dos mesmos. O automóvel, através do fomento ao transporte individual motorizado é protagonista das grandes mudanças vistas nesses espaços. Sendo assim, pode-se ver que os espaços públicos urbanos sofrem reconfigurações profundas não só na sua forma concreta, mas, principalmente, na forma como são apropriados pela população. Essa é a base da discussão do capítulo seguinte: o que mudou nesses espaços para que eles perdessem parte do seu significado e da sua natureza. Procura-se entender o que leva um espaço ser mais ou menos utilizado.



CAPÍTULO II

O ESPAÇO PÚBLICO HOJE

Para Le Goff (1998) a cidade contemporânea escapa às definições tradicionais. As grandes cidades atuais são um mosaico de características da cidade liberal e da pós-liberal. Traz em si problemas gerados pelo inchaço descontrolado e a consequente ocupação desordenada. Vê-se então uma série de fragilidades na sua estrutura básica e na disposição das suas funções. Por outro lado, abarca a cidade “teorizada” (JACOBS, 2000), planejada e racionalizada. A cidade contemporânea é a coexistência de várias cidades. Como em todos os tempos históricos analisados até aqui, essa configuração apresenta relação dialética com seu contexto econômico, político e social. E a cidade contemporânea reflete bem as regras capitalistas que a dita.

A urbanização brasileira foi intensificada a partir de 1970 e o desenvolvimento industrial conferiu “velocidade, extensão e profundidade” (ARANTES, 2009) ao processo. A concentração maciça da população nos centros urbanos (primeiro por altas taxas de migração campo cidade, depois por elevação da taxa natural de crescimento) passou a demandar maior oferta de serviços públicos e infraestrutura. O atendimento a essa população nem sempre se deu de forma equitativa e universalizada, gerando uma configuração espacial denominada por alguns autores de “padrão periférico” (ARANTES, 2009). O incremento na estrutura produtiva, aliado à globalização e a tendências neoliberais, tornaram as cidades mais suscetíveis à modificações pela lógica de mercado.

Se a população mundial dobra a cada 30 anos, a urbana dobra a cada 15 (BENEVOLO, 2005) e esse contingente não é abrigado nos núcleos urbanos da mesma forma. No Brasil, segundo pesquisa das Nações Unidas, da população estimada para 2010 (195.423 milhões), aproximadamente 90% estaria situada nas áreas urbanas. As cidades atuais contrapõem, de maneira geral, duas situações: áreas disciplinadas, providas de serviços públicos e áreas ocupadas informalmente, na maioria das vezes irregulares, onde os

serviços são escassos ou mal ofertados. A formação da cidade irregular “ao lado” da cidade regular é cenário dominante nos países latino americanos e asiáticos. Dá-se ao fato de a cidade regularizada – moderna ou pós-liberal – não estar disponível a toda população. A parcela que não dispõe de meios para acessar a cidade regularizada e todos os seus benefícios, se aglomera na cidade irregular, a qual reproduz estabelecimentos liberais do primeiro período industrial.

Na parte regular da cidade se aplicam com maior ou menor sucesso os métodos da arquitetura e da urbanística modernas, mas estes métodos criam de partida um privilégio: tornam-se técnicas de luxo para melhorar as condições de vida da minoria que já está melhor, e que se diferencia cada vez mais do resto da população. (BENEVOLO, 2009, p.707)

O Estado tem sua participação no processo de valorização de determinadas áreas. Segundo Rocha e Mariano da Silva (2008), a incapacidade do poder público de buscar investimentos e de gerir os mesmos a fim de suprir as necessidades básicas da totalidade da população urbana, faz com que sejam priorizados os territórios de maior interesse do capital produtivo e/ou imobiliário, em detrimento daquelas ocupadas pela população de menor poder aquisitivo. A desigualdade econômica gera um espaço urbano desigual, com áreas providas de completa infraestrutura e outras não.

Tendo em vista que o espaço público foi analisado, desde o início, como sendo fruto de um processo no qual a forma cristaliza o contexto histórico, político, econômico e social, há algumas considerações a serem feitas. Primeiro, os espaços concretos e os processos ligados a ele são “auto-condicionantes” (SERPA, 2007, p.15). Segundo, as relações capitalistas foram absorvidas e incorporadas aos valores e costumes de tal maneira que gerou uma extensa transformação na percepção e apropriação do espaço público. O consumo passou a ditar projetos e formas no espaço e o lazer passou a integrar o rol do consumo. Sendo assim, a lógica formal e de distribuição desses espaços, como também sua apropriação, passam a seguir a lógica mercantilista.

Gomes (2002) define os espaços públicos da cidade contemporânea como espaços de “ação política”, ao que Serpa (2007) acrescenta: “mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial”

(2007, p.9). A absorção das relações de consumo pelos valores de convivência e interação social permite a substituição de círculos públicos de interação por estereótipos para o consumo individual. Por consequência, há o declínio da memória coletiva e da tradição ao mesmo tempo em que há uma “supervalorização da existência privada” (SERPA, 2007, p.18). A sociabilidade muda de ambiência e de escala. Sai dos espaços compartilhados da cidade para o interior das residências ou de espaços mais reclusos.

O caos urbano, as velocidades dos automóveis e da vida agitada das metrópoles modernas (...), aliados a falta de segurança das ruas, criou um novo ambiente urbano muito pouco favorável para a vida comunitária nos lugares públicos, cristalizando no século XX a tendência já iniciada cem anos antes da interiorização da vida, com o surgimento de lugares que se voltam para si e menos para a cidade. (DIAS, 2005, s/p.)

Segundo Sun Alex (2008), a partir de 1960 os projetos de praças passaram a reproduzir “influências estéticas e funcionais” do paisagismo norte-americano. Tendências que nem sempre resultam em espaços mais convidativos à população. Esses novos projetos, os quais pretendiam englobar conceitos como acesso, circulação e comodidade de pedestres ou articulação com o espaço urbano, refletem essencialmente “controle do espaço” e “melhoria da segurança”. O “ser convidativo” em um espaço reflete o nível de acessibilidade transmitido àquele que o observa. O acesso é a condição inicial ao uso e apropriação de um espaço: é o primeiro passo na relação entre o espaço e a população.

O espaço público não é só concretude. Em seu conceito deve constar também seu lado abstrato. Esses espaços são símbolos históricos, refletem idéias, cultura e relações. É uma representação da “intersubjetividade” (SERPA, 2007), refletindo neles a relação entre o sujeito e percepções. Sendo assim, a simbologia do espaço público interfere na sua apropriação. Stephen Carr (1992) classifica o acesso ao espaço público em: visual, físico e simbólico ou social. O acesso visual é subjetivo. É a quantidade de informações que um local transmite a quem o vê, ainda que a distância. Essa visibilidade permite ao usuário uma análise inicial do local e, conseqüentemente, dos outros tipos de acesso.

O acesso físico é concreto, remete a inexistência de barreiras físicas ou arquitetônicas. Refere-se também à localização e à possibilidade de chegada e saída. O trajeto feito até

ele, bem como a qualidade (ou existência) de calçadas ou pontos seguros de travessia no seu entorno contribuem para maior ou menor acessibilidade física do espaço. A acessibilidade simbólica (ou social) sugere aqueles que são “bem-vindos” ao local, através de sinais (sutis ou ostensivos) que “indicam” seu público alvo. Pode estar na presença de guardas na entrada, no tipo de comércio ali estabelecido ou mesmo no padrão construtivo ou tipo de mobiliário utilizado. Esse viés da acessibilidade é a prerrogativa para uma apropriação diferenciada do espaço a partir da faixa de renda de uma determinada população.

Paralelamente, a questão da (in)segurança urbana contribui sobremaneira para a reprodução da interiorização da convivência. A violência vem condicionando a continuidade dos espaços citadinos ao erguer barreiras físicas, segregando as áreas e funções, formando a “paisagem do medo” (ROCHA e MARIANO da SILVA, 2008). Evitar o “outro” (BAUMAN, 2003) traz uma falsa sensação de segurança e conduz a uma “auto-segregação” (BAUMAN, 2003). A influência da segurança na apropriação dos espaços públicos aparece em maior grau nas grandes metrópoles. Segundo Jacobs (2000), as metrópoles não são apenas maiores ou mais povoadas que as cidades menores, elas são “cheias de desconhecidos”.

Prover a segurança, mesmo em meio a tantos desconhecidos, é função de um “distrito urbano próspero” (JACOBS, 2000). E a cidade que não proporciona essa sensação a sua população, cria em si uma série de problemas. O maior deles é o ciclo que é alimentado a partir disso: os espaços desprovidos de segurança são menos usados, o que os torna ainda mais inseguros. . Ao analisar as ruas como espaço para apropriação e manifestação da população, a autora permite uma extensão da sua análise a demais espaços públicos. Para Jacobs (2000), a questão da segurança não pode também ser atribuída a “grupos minoritários” ou marginalizados.

A segurança, ou a sensação de estar seguro, reflete a intensidade da apropriação de um espaço e isso varia com a renda e com o nível de relação estabelecido entre as pessoas e seu entorno. A rua, ou qualquer outro espaço de domínio público, torna-se interessante aos olhos quando há movimento. É isso que a faz segura, os olhares do seu entorno

voltados a ela. Essa “vigilância” informal provoca uma sensação de segurança nos transeuntes e torna aquele espaço mais convidativo. A ausência de movimento agrava a sensação de insegurança, pois diminui o interesse advindo daquele espaço. “Uma rua movimentada consegue garantir a segurança; uma rua deserta, não” (JACOBS, 2000, p.35)

A subjetividade da apropriação dos espaços, aliada a interferência da sensação de segurança e nível de acessibilidade condicionando o uso dos mesmos, permite diferentes configurações do espaço público dentro de uma mesma cidade. Em resposta a tríade “consumo-acessibilidade-segurança”, há uma convergência acentuada à uma estratificação dos espaços de convivência em consonância com a faixa de renda da população, pois, o que é destinado a consumo refere-se a, primeiramente, um viés econômico. O nível de acessibilidade corrobora esse convite tornando-o compatível (ou não) com determinado público. A sensação de segurança completa essa tríade ao induzir maior ou menor utilização desses espaços, ou ainda, ao conduzir a auto-segregação de parcelas da população.

Logo, o que se pode analisar nas grandes cidades atuais é a diferenciação dos espaços públicos de acordo com a faixa de renda, e, conseqüentemente, padrão construtivo do seu entorno. Os estratos mais baixos de renda dispõem de configuração espacial diferenciada da classe média, que ao mesmo tempo não se apresenta da mesma forma que a classe mais alta. O mesmo ocorre com o estabelecimento das relações sociais. Portanto, os espaços públicos acompanham essa segmentação. Situação a qual não invalida todos os aspectos analisados até aqui, cada um deles se manifestará, variando apenas o grau de influência.

O espaço público em áreas carentes

A população que não tem poder aquisitivo para acessar o “mercado imobiliário capitalista” fica à margem da “cidade planejada”, “infraestruturada”, servida de saneamento, transporte e acesso facilitado a equipamentos de lazer, saúde e educação. A construção de praças, parque e largos ou mesmo calçadas é igualmente rareada nas áreas ocupadas pela população desprovida economicamente. Melhorias estruturais e oferta de serviços aumentam o valor da terra e o ônus por ocupá-la. Então, as ocupações informais e insalubres são as alternativas possíveis para aqueles que não podem arcar com esses custos.

As favelas são formações “orgânicas” que se constituem por ocupações “selvagens” de terrenos e que possuem uma identidade espacial própria, ao mesmo tempo em que fazem parte da sociedade como um todo (JACQUES, 2001, s/p.). As favelas são edificadas como uma “saída possível” a premência de morar na metrópole atual (BENETTI, 2004, s/p.). A formação dessas áreas, com suas habitações precárias e escassez de investimentos em infraestrutura, comporta uma dinâmica característica em seus espaços públicos. As relações sociais das classes econômicas mais baixas tendem a ser mais imbricadas, os vizinhos estabelecem uma rede de cooperação. Essas características tem relação com a “tradição de solidariedade” que existe nos bairros populares no Brasil (NUNES, 2002, p.38).

Sobre as relações de vizinhança, é interessante observar ainda que as pessoas participam dos acontecimentos da vida pessoal umas das outras de forma bem mais intensa do que ocorre nas classes sociais mais favorecidas. (...) A vida privada fica comprometida pela promiscuidade ocasionada pelas casas, muito pequenas para o número de ocupantes e para uma ocupação tão densa (NUNES, 2002, p.39).

A partir de 1967 com a implementação e consolidação do já extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), passaram a ser construídos conjuntos habitacionais destinados a essa parcela populacional, até então marginalizada, na tentativa de minorar o déficit

habitacional e facilitar o acesso à cidade regular e provida de infraestrutura. Sendo de casas isoladas, geminadas, em pavimentos ou prédios, não conservavam sua forma inicial por muito tempo. Tal descaracterização, a qual gerou inúmeros estudos e pesquisas, ocorria por conta da formalidade do projeto não apresentar consonância suficiente com as relações sociais estabelecidas por essas famílias ou a apropriação espacial ocorrida nas comunidades de origem.

As famílias relocadas para esses conjuntos participavam, na moradia de origem, da “rede de cooperação” estabelecida com seus vizinhos e utilizavam o espaço público para desenvolver atividades necessárias, desde a secagem de roupas até a abertura de um ponto comercial. “Os espaços públicos oferecidos nas favelas são ao mesmo tempo de natureza pública e coletiva. Público por serem de livre acesso, coletivos porque são suporte de atividades de cada comunidade” (BENETTI, 2004, s/p.). O desenho original é transformado no que lhe é familiar. Quadras, blocos paralelos e traçados racionais se transformam em uma sucessão de pátios, vielas e passagens, gerando uma configuração espacial que se assemelha aos assentamentos espontâneos. E isso ocorre por conta do restabelecimento das relações sociais anteriores e apropriação do espaço público.

A ocupação dos espaços públicos e a mutação das edificações são duas faces do mesmo fenômeno. A face mais conspícua é a que redefine limites da geometria, subverte a racionalidade construtiva e projetiva, e procura estabelecer novas regras de acessibilidade no sistema. A outra face, não tão visível, é aquela que redefine códigos de uso, que são, essencialmente, códigos de vida social e de vida espacial (AMORIM, LOREIRO, 2001, S/P.).

Os espaços públicos, tanto nas favelas quanto nos conjuntos habitacionais destinados às classes econômicas mais baixas são, muitas vezes, escassos. Normalmente não há investimento na pavimentação das ruas, construção de praças, parques ou largos. As ruas, além de abrigar a extensão de cada casa, refletem a densa teia de relações que é estabelecida ali. Além disso, o espaço público nesses contextos podem ser instrumentos de controle de ocupação espacial e de problemas sociais. Podem ser determinantes na consolidação de uma ordem baseada na coletividade.

Estes espaços são cruzados por teias invisíveis que sustentam seu uso social e impedem a invasão especulativa. Pensar de outra maneira é

oferecer locais que podem vir a sofrer um processo de deterioração muito rápido, possibilitando o controle indesejado do tráfico de drogas ou a invasão pura e simples. Não é possível construir um espaço de natureza apenas pública em locais onde esta dimensão esteve quase sempre ausente ou foi muito tênue (BENETTI, 2004, s/p.).

Espaço público na cidade tradicional planejada

A classe média apresenta-se como “motor de grandes transformações” (SERPA, 2000) no espaço urbano. A “nova classe média” engloba profissionais qualificados, assalariados com nível elevado de estudo. O lazer e o consumo destinado a essa classe tem desencadeado modificações em áreas citadinas no intento de prover áreas habitacionais qualificadas e a diversidade satisfatória de bens e serviços. Essa modificação se externa na requalificação de áreas degradadas, valorizando o solo urbano do entorno, tornando essas áreas atrativas a essa classe crescente.

Esse fenômeno pode ser observado na orla atlântica de Salvador desde 1990, onde parques vêm sendo construídos ou requalificados segundo os ditames do “espetáculo”. De acordo com Serpa (2007, p.24) esses parques vem “coroar um processo de valorização imobiliária das áreas nobres da cidade, acrescentando novas amenidades físicas aos bairros que já possuem melhor infra-estrutura”. Segundo ele, a lógica de distribuição desses investimentos segue, ainda, uma tendência turística, localizando-os próximos às áreas ou equipamentos mais visados por esse público como aeroportos, rodoviárias e grandes hotéis. Esses espaços são construídos de forma descontínua e obedecendo padrões construtivos que desconsideram a morfologia e particularidades do entorno.

Diante disso, esses espaços na cidade de Salvador, podem apresentar semelhanças estreitas com espaços públicos existentes em outras cidades que nem sempre apresentam dinâmicas sócio-culturais semelhantes. Serpa (2007) apresenta, por exemplo, uma comparação entre espaços públicos soteropolitanos e parisienses, mostrando traços comuns mesmo em realidades tão distintas.

As pesquisas desenvolvidas na França mostraram, sobretudo, que as operações de urbanismo que deram origem aos grandes parques em Paris têm muitos pontos em comum com aquelas desenvolvidas nas metrópoles de terceiro mundo e, também, em Salvador. [...] Na verdade, estamos diante de um estilo de vida de classes médias, que homogeneíza as diferenças culturais em prol de modos de consumo mundializados (SERPA, 2007, p.26).

Essas semelhanças, recriadas a partir de modos de consumo mundializados, são reforçadas pelo estilo de vida da classe média. Por isso, de maneira geral, essas áreas são dotadas de pequenas galerias, bares ou restaurantes. Se por um lado a diversificação na oferta de serviços “convida” à utilização desses espaços, por outro, ela ratifica a modificação na essência da utilização desses espaços de sociabilidade e convivência à consumo. Esse novo modelo aprofunda ainda a segregação social ao impor também barreiras simbólicas (acessibilidade simbólica), inibindo o uso por parte da população.

O incremento nos índices de violência vem influenciando a configuração espacial vivida pela classe média. Segundo Souza (2000), a espacialidade urbana e estratégias de sobrevivência sofrem influência da violência urbana. A sensação de insegurança, crescente nas grandes cidades brasileiras, tem majorado a segregação dos territórios composito, como já explicitado, a “Paisagem do Medo”. A busca por ambientes controlados, seguros e a prova de intrusos acolhe condomínios, ruas e bairros fechados. Por consequência, muros, acesso controlado e câmeras de vigilância se tornam estratégias de marketing de imobiliárias. Diante disso, o espaço urbano torna-se fragmentado e descontínuo, o que, além do mais, cercea o direito básico de circulação da população.

(...) fechamento dos espaços urbanos em “condomínios” desarticula o tecido urbano e a malha viária, pois a existência de ruas fechadas e sem saída cria barreiras que desconectam os espaços, formando “ilhas” e interrompendo a permeabilidade e fluidez intra-urbana, seja no deslocamento de veículos ou pessoas. (ROCHA; MARIANO da SILVA, 2008, s/p.)

Morar em condomínios fechados quando a construção desses foi iniciada em Salvador, entre 1970 e 1980, representava um meio de acesso à casa própria (ARANTES, 2009). Esses condomínios, construídos pelo INOCOOP (Instituto de Orientação às Cooperativas

Habitacionais), sob a lógica do BNH (Banco Nacional de Habitação) e financiamento do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), eram a possibilidade de muitos trabalhadores da classe média comprar um imóvel. “Os moradores eram, principalmente, jovens casais com filhos pequenos, que viam na cooperativa e no financiamento uma forma de ter acesso à casa própria” (ARANTES, 2009).

Segundo Arantes (2009), a partir de 1990 houve um aumento na construção desses condomínios, seguindo padrões paulistanos ou de outras metrópoles. As modificações aconteceram no nascimento desses condomínios, na forma de cada um deles e na motivação para ocupação dos mesmos. Eles deixaram de nascer a partir da organização de classes trabalhistas e passaram a mercadorias imobiliárias. Sofreram alterações em sua estrutura, incorporando cada vez mais itens de lazer e serviços para tornar a saída dos seus moradores menos necessária. Por fim, a motivação da moradia deixou de ser o acesso a casa própria e a qualidade de vida para ser a busca pela sensação de segurança.

O processo de “auto-segregação” acentua disparidades sociais ao acrescentar uma barreira física entre o “rico” e o “pobre”. De acordo com Rocha e Mariano da Silva, (2008, s/p.) “a segregação é uma tendência da estruturação do espaço ligada à concentração de pessoas por camadas sociais”. Seguindo essa tendência, os espaços públicos estão se tornando privados, seja por atender a uma demanda da população na busca por segurança ou por obedecer a lógica de mercado tornando-se espetáculos “desapropriados”. São praças gradeadas, ruas fechadas ou barreiras simbólicas que intimidam a população e desconstroem o acesso e a apropriação desses espaços.

Privatização e segregação: a proliferação de condomínios-clubes

O processo de “auto-segregação” vivenciado pela classe média é ainda mais acentuado nas classes urbanas mais abastadas. A hesitação ao “outro” e a busca pela sensação de segurança, aliados a um alto poder aquisitivo chega, atualmente, a definir bairros nas grandes cidades. Se para a classe média, a estratégia de marketing imobiliário explora os condomínios fechados, para as classes mais altas explora-se o “bairro” fechado e planejado para prover segurança não só na moradia. O controle não se restringe mais ao “habitar”. Esses empreendimentos incluem unidades comerciais, escritórios, shoppings e escolas. Pode-se “viver com segurança” todos os aspectos do cotidiano urbano como a moradia, o trabalho, a educação, o lazer.

A discussão sobre o processo de “auto-segregação” apresenta sempre a busca pela sensação de segurança como uma das motivações para tal. Caldeira (2000), em estudo do fenômeno na urbanização brasileira, coloca a violência como determinante nesse processo de interiorização da vida. A negação ao espaço público é apenas uma das consequências geradas por essa nova configuração. As mudanças são profundas nas interações pessoais e na relação indivíduo-espaço. Para a autora,

aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. [...] Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcados por suspeitas e restrição (CALDEIRA, 2000, p.258).

Sendo um espaço restrito, de acesso controlado, como se configuram espaços públicos, então? A tendência a privatizar os espaços públicos é levada ao extremo nesses empreendimentos. Existem praças, parques e áreas de convivência internas. Mas estas estão sempre imbuídas do controle e da vigilância intermitente. A tríade “consumo-acessibilidade-segurança” é artificializada nesses espaços. O consumo é preponderante, pois determina os seguintes. Esses espaços serão completamente acessíveis (no visual,

físico e simbólico) para aqueles que podem pagar para estarem ali. E a segurança está embutida no contrato de compra.



Capítulo 3

VIVENDO O ESPAÇO PÚBLICO

O trabalho em campo traz a possibilidade de tornar teorias e conceitos menos abstratos. Viver o espaço público facilita o entendimento das suas diferentes apropriações e a relação destas com o espaço palpável. Se, como dito anteriormente, as metrópoles atuais são palco de desigualdades, de segregação sócio-espacial, Salvador abarca isso de forma extensa e profunda. Portanto, na impossibilidade de abranger todo o espaço público soteropolitano, foram escolhidos espaços que representam a vida, dinâmica e espacialidade dessa capital. São representantes de três diferentes tipologias arquitetônico-urbanísticas, sócio-econômicas e culturais da cidade. Cada uma dialoga de uma forma com os conceitos tratados no capítulo anterior, permitindo uma análise mais consistente. (Figura 11)

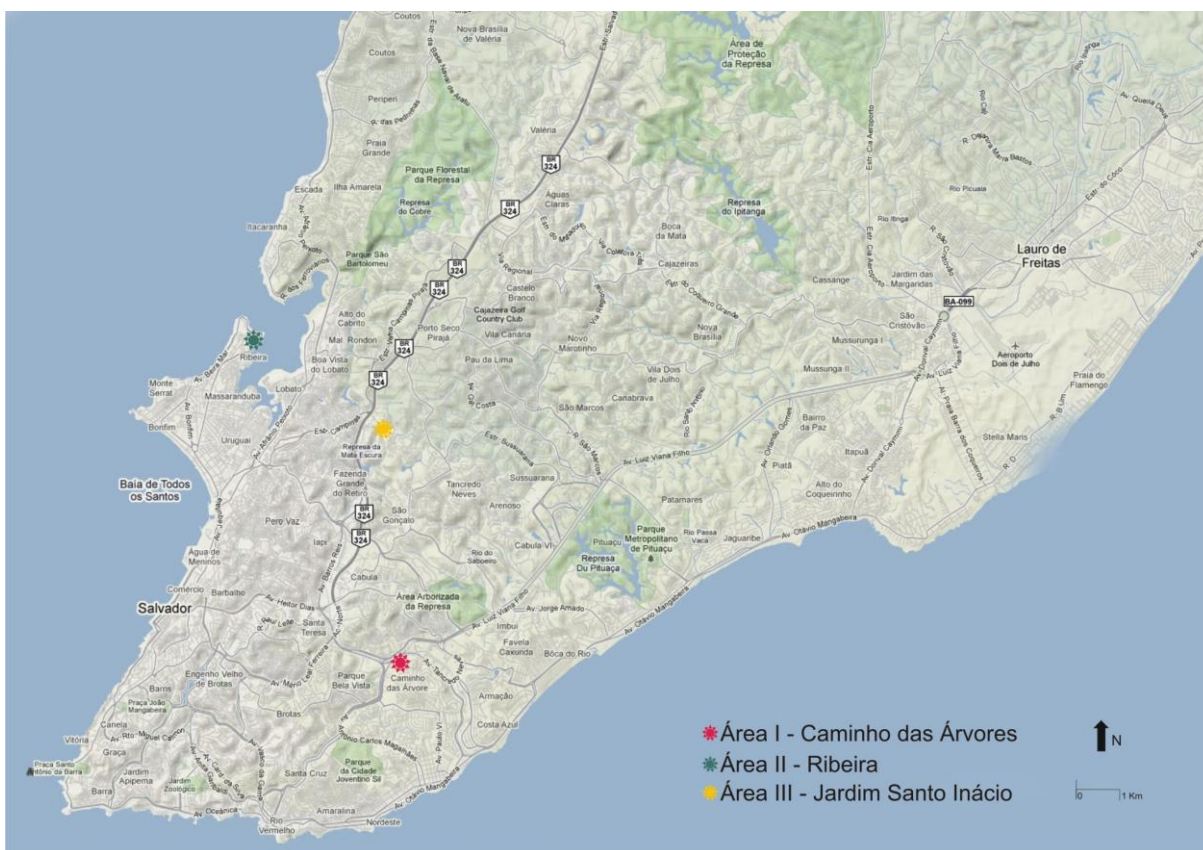


Figura 12 – Localização do três percursos escolhidos

Fonte: Elaboração própria com base em imagens disponibilizadas no Google maps, 2010.

O primeiro percurso, no bairro Caminho das Árvores, representa o espaço público engolfado pelo capital. Nessa região, centro financeiro da cidade, o veículo é priorizado em acessos em detrimento do pedestre e a função do espaço público é profundamente alterada. O segundo, no bairro da Ribeira, foi escolhido por seu valor tradicional e representatividade histórica. Ele conserva traços antigos, os quais se misturam a dinâmicas e tendências atuais, sendo também palco de manifestações culturais de longa data. O último percurso, no bairro Jardim Santo Inácio foi pensado para representar os demais bairros de ocupação popular, formal ou informal, da capital baiana.

As visitas contaram com dois objetivos norteadores: identificar os níveis de acessibilidade e tipologia de uso em cada um dos locais escolhidos e saber como as pessoas que os utilizam, enxergam e entendem esses espaços. A acessibilidade foi analisada a partir da, já abordada, proposta de Stephen Carr (1992), que a classifica em acessibilidade visual, física e simbólica. Essa primeira apreciação, aliada a observação da frequência e tipologia de uso, permite a inferência da relação entre “consumo-acessibilidade-segurança” e a apropriação desses espaços. O segundo momento reflete o conceito imaterial desses, pois acrescerá na análise o entendimento daqueles que frequentam e convivem com esses espaços.

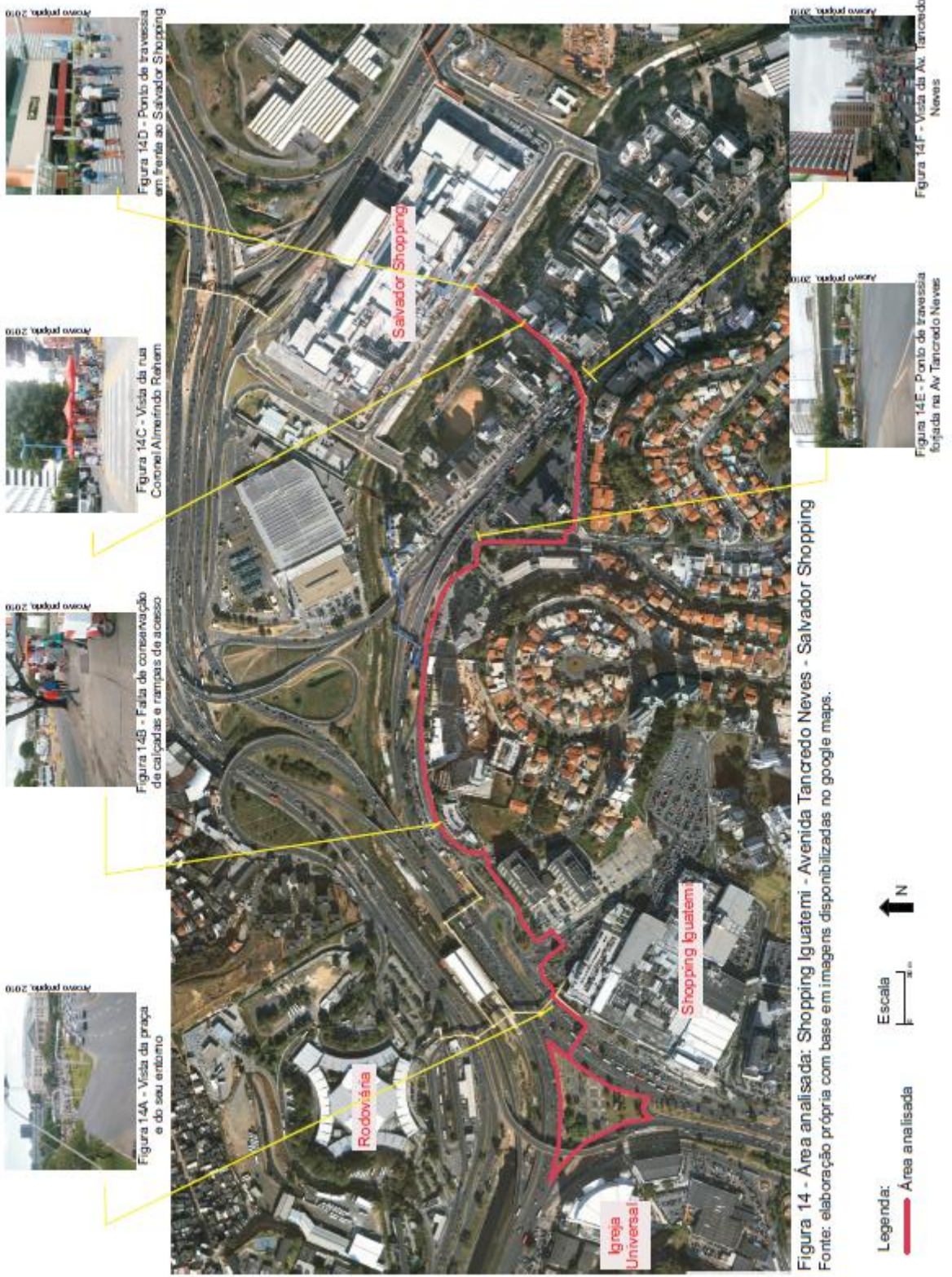
Para tanto, foram utilizadas técnicas de levantamento direto em duas visitas distintas a cada local, cada uma para atender a um objetivo. O primeiro momento atendeu ao primeiro objetivo citado, acontecendo por meio da observação participativa. Para cada um dos três percursos, um roteiro de observação (Apêndice A) foi preenchido. O resultado desses roteiros proverão o embasamento para uma comparação entre as diferentes dinâmicas vivenciadas nesses espaços. A segunda visita foi guiada pela observação direta extensiva, quando questionários (Apêndice B) foram aplicados aos transeuntes de cada percurso. A dificuldade em precisar numericamente a utilização desses espaços impossibilitou a geração de uma amostra, conferindo característica qualitativa ao invés de quantitativa à pesquisa.

CAMINHO DAS ÁRVORES

O bairro Caminho das Árvores (Figura 12) surgiu concomitante à construção do Shopping Iguatemi. É dessa época a iniciativa de implantar um loteamento residencial nessa área (FISCHER; et al., 2010). A construção do Iguatemi, em 1975, atraiu ainda prédios residenciais e comerciais, remodelando toda a área do seu entorno. A abertura da Avenida Luís Viana Filho, construção do Centro Administrativo da Bahia nessa avenida e realocação da Estação Rodoviária do Centro Antigo para as imediações do Shopping, reforçaram o crescimento e a centralidade daquela área. A inauguração do Salvador Shopping, em 2007, nessas imediações, aumentou a atratividade do local. A área em estudo (Figura 13) corta a região conhecida atualmente como centro Iguatemi, se estende desde a Avenida Antônio Carlos Magalhães (na altura do Shopping Iguatemi) continuando ao longo da Avenida Tancredo Neves (Figura 13F).



Figura 13 – Delimitação do bairro Caminho das Árvores, 2010.
Fonte: FISCHER; et al., 2010



É o grande centro financeiro da cidade de Salvador. Os escritórios das grandes empresas da cidade, agências dos Bancos mais notáveis e bons restaurantes, além dos já mencionados Shoppings, os maiores da capital localizam-se nesse trecho. Esses fatores impulsionam o crescimento e a valorização da região. E a facilidade em encontrar todo tipo de serviço num mesmo lugar faz com que essa seja uma das áreas mais movimentadas e disputadas da região metropolitana de Salvador, também para habitação de alto padrão.

O Caminho das Árvores abriga 0,41% da população soteropolitana, o que corresponde a 10.065 habitantes, e 51,41% dos chefes de família recebe mais de 20 salários mínimos (FISCHER; et al., 2010). A área que era, inicialmente, residencial tem abrigado um número cada vez maior de empreendimentos comerciais. As habitações são de alto padrão construtivo, a maioria, unifamiliar. Há alguns condomínios, ainda sendo erguidos, que exploram a possibilidade de morar e trabalhar no mesmo lugar, abrigam torres residenciais e comerciais numa mesma área, além da vasta oferta de serviços internamente.

Esses condomínios representam, como já dito no capítulo anterior, a artificialização da tríade “consumo-acessibilidade-segurança” e mesmo sendo a tendência atual para as classes mais altas quanto à sociabilidade e convivência, não são alvo de aprofundamento no presente estudo por serem espaços privados. Eles remodelam funções desses espaços, mas não o são em natureza por destituírem a heterogeneidade e convívio mais extenso entre a população e desta com a cidade. A presença de condomínios com essas características reforça a escolha dessa primeira área, pois apesar de não serem alvo do atual estudo, provocam alterações relevantes na dinâmica e configurações do espaço estudado.

Esse percurso foi traçado no intento de mostrar a influência exercida pelo capital na apropriação do espaço público. Se a tendência à vivenciada pelas classes urbanas mais abastadas é a “auto-segregação”, essa área demonstra o impacto dessa “privatização” da sociabilidade dessas classes. Apesar da grande concentração de serviços não há a tentativa de interligá-los, de maneira agradável e segura, para aqueles que circulam à pé.

Tanto na construção pouco convidativa ao uso da praça, quanto na má conservação das calçadas, vê-se a priorização dos percursos automotivos e a ausência de simbologias que induzam o uso ou permanência nesses espaços. A falta de atividades que convidem ao uso desses espaços, ou da agradabilidade e conforto que exerçam esse papel, faz com que a área apresente o fluxo altamente reduzido nos finais de semana, apesar de o restante do bairro ser essencialmente residencial assim como os bairros vizinhos.

Na praça (Figura 13A) não há mesas, parques ou equipamentos de ginástica e a ausência desse mobiliário reflete para as pessoas uma área pouco convidativa a permanência ou outros usos que não a passagem. Por um lado, durante a semana o fluxo nas Avenidas que cercam a praça, por sua intensidade e velocidade, desestimulariam a prática de atividades de lazer. Seja por insegurança ou por sensações desagradáveis (poluição sonora e do ar) ocasionadas pela presença de tantos veículos. Por outro lado, esse mobiliário poderia servir de convite ao uso durante os finais de semana quando o movimento nas vias tende a ser menor. O mesmo pode acontecer em resposta a atividades culturais desenvolvidas nesses espaços, podem funcionar como catalisadoras da apropriação.

Uma senhora, 68 anos, quando questionada acerca das mudanças que gostaria de ver na área respondeu: “pode diminuir a velocidade?”. Outras respostas oscilavam entre a remoção do comércio informal da praça e o desenvolvimento de atividades culturais. O uso preponderante nessa primeira área de estudo é a simples passagem. As pessoas não vão à essa praça, simplesmente passam por ela. Também não se apropriam ou desenvolvem sentimento de empatia por essa área. Serve como acesso a serviços e lugares e é o que se vê: pessoas apressadas de um ponto a outro. A área que apresenta uma dinâmica diferenciada é a Coronel Almerindo Rehem (Figura 13C) por conta das barracas de lanche que ocupam a calçada central.

A acessibilidade física é parcial. Foi pensada para aqueles que chegam de carro ou de ônibus. Uma pessoa que saia de Saramandaia ou Pernambués, bairros vizinhos, enfrenta grandes dificuldades de chegar à área da Praça ou da Avenida. Durante a aplicação dos questionários, um aposentado de 72 anos morador do bairro Saramandaia, disse que dá

“uma volta muito grande pra chegar no Iguatemi”, o que ocorre pois os pontos de travessia segura (passarelas e semáforos) não são dispostos de maneira que tracem um caminho mais direto para os que circulam a pé. Em consequência, vê-se pessoas atravessando fora das passarelas ou faixas de pedestres, pois a propensão é de que percorram o caminho mais curto de um ponto a outro (Figura 13E).

Ao longo do percurso analisado foram encontradas rampas, dispostas nos pontos de travessia como na altura das faixas de pedestre ou acesso às passarelas e algumas em péssimo estado de conservação (Figura 13B). Não há piso tátil nessa área e a má conservação da pavimentação constitui um problema para todos que circulam na região. Esses problemas se constituem barreiras, principalmente para aqueles que portam alguma limitação de movimento, diminuindo ainda mais a acessibilidade física ao local para aqueles que circulam a pé.

O acesso por transporte público é farto. No entorno estão a Estação Iguatemi, a qual segundo a Superintendência de Transporte Público, recebe 134 veículos por hora, e Estação Rodoviária e diversos pontos de paradas. Para aqueles que chegam em veículos particulares, a oferta de estacionamento privada é superior, os shoppings e a maioria dos edifícios contam com áreas de estacionamento. Acessibilidade física remete ainda a uma universalização desse conceito. Para tanto, deveria haver facilitadores de circulação para aqueles que apresentam qualquer restrição de mobilidade. Não se trata apenas de deficiências motoras, visuais ou afins, mas também de uma mulher grávida, criança ou idosos que apresentam mobilidade reduzida.

A sensação de segurança nesse espaço, com base nas respostas aos questionários, apresenta relação estreita com as explanações de Jacobs (2000), exploradas no capítulo anterior. Uma estudante, 23 anos, mora e faz faculdade no bairro. Ela diz que durante a semana sai andando de casa para a faculdade, mas no domingo não faz quase o mesmo percurso pra chegar ao Shopping. “Durante a semana aqui é sempre movimentado durante o dia, mas domingo é muito deserto, aí fica muito perigoso sair andando sozinha. Shopping domingo, só de carro”. Outras respostas apresentaram argumentos semelhantes.

Se uma rua movimentada é capaz de manter a segurança dos seus transeuntes, isso só acontece nessa área em horário comercial.

O movimento nessa área mantém os olhos do entorno interessados o que acarreta e certa vigilância, mesmo que com certas diferenças das situações apresentadas pela autora. Nesse caso, as pessoas dificilmente se reconhecem ou a alguém que não costuma estar ali, mas reconhecem situações incomuns. E o próprio movimento inibe ações de certa natureza. Segundo um ambulante que utiliza a Praça como ponto de venda a seis anos, acontecem furtos nas passarelas e na entorno, alguns assaltos em épocas de maior movimento e compras, como natal, mas são sempre ações pequenas pois além da polícia tem os seguranças do Shopping que estão sempre vigiando.

RIBEIRA

O bairro da Ribeira (Figura 14) teve seu início em uma colônia de pescadores. Posteriormente, no início do século XX, foi local de veraneio dos nobres da capital, sofrendo alterações no final da década de 1940, quando indústrias foram construídas no local. A instalação dessas indústrias induziu a um esvaziamento populacional no bairro, em consequência, principalmente, dos impactos ambientais causados por elas. O bairro abriga construções históricas como a Igreja de nossa Senhora da Penha, de 1742, a Igreja de nossa Senhora do rosário da Penha, construída pelos escravos já que os mesmos não tinham permissão de freqüentar a Igreja da Penha, e o Solar Amado Bahia, de 1901 (FISCHER; *et al.*, 2010).

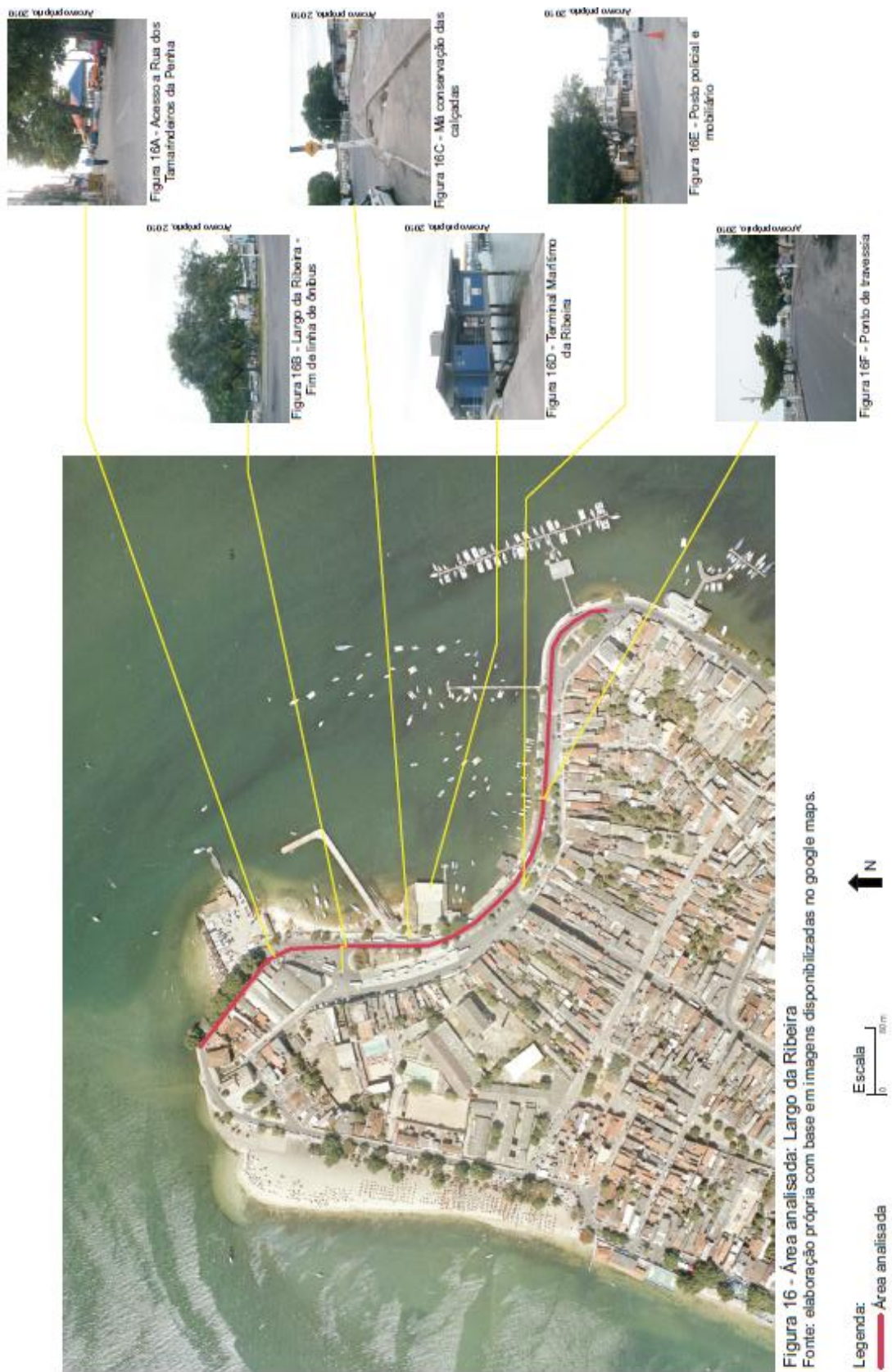


Figura 15 – Delimitação do bairro da Ribeira, 2010.
Fonte: FISCHER; *et al.*, 2010

Além das construções históricas, o bairro preserva alguns casarões do início do século XX. Juntam-se a eles, casas e sobrados para compor a morfologia construtiva local. O bairro conta ainda com uma crescente oferta de serviços: pequenas galerias, mercados e outros serviços de acesso diário (padaria, farmácia, mercearias). É também, palco de manifestações populares como a Segunda-feira gorda da Ribeira, que acontece após a lavagem do Bonfim. As barracas servem Cozido (um prato com verduras, carne e pirão) às pessoas que vem de toda a cidade e de municípios vizinhos. A tradição foi estendida ao resto do ano, realizando-se toda segunda-feira.

A área delimitada para estudo desse bairro (Figura 15), o Largo da Ribeira, mostra bem a dinâmica da população e ainda a sua convivência com as características turísticas do local. A sorveteria da Ribeira (Figura 16), situada no Largo, foi construída em 1931 e atrai até hoje soteropolitanos e turistas. O largo da Ribeira mostra parte de uma população que ainda vive o espaço público, uma parcela que, por variados motivos, não migrou para os condomínios fechados. A importância dessa área para o presente trabalho está em estabelecer um contraponto com as tendências atuais, de esvaziamento da apropriação do espaço público, vividas nas grandes cidades. Dos três percursos analisados é aquele que apresenta mais heterogeneidade – tanto nas pessoas que utilizam quanto na forma de apropriação.

É local de convivência pra uns, de lazer para outros, de passagem, principalmente, por conta do fim de linha (Figura 15B) do bairro que se situa no Largo, e ainda de turismo e de manifestações populares. As acessibilidades visual e simbólica ganham significados diferenciados por conta da atividade turística. A composição visual é um dos atrativos turísticos. Segundo um comerciante local, que vive ali há mais de 50 anos, o que encanta a todos é a possibilidade de ver “duas cidades ao mesmo tempo”, pois na Ribeira sente-se numa “cidade pequena” e dali pode-se ver o outro lado da enseada (bairro de Plataforma), que tem características de ocupação diferentes da Ribeira.



O lugar é “convidativo” nas palavras de uma carioca que visitava o local. Muitos turistas vão ao Largo por conta da Sorveteria, que já fez fama nessas oito décadas de existência, ou na “Segunda do Cozido”. Além desta, o local conta com outros quiosques e lanchonetes. Para Jacobs (2000) um lugar ser convidativo tem a ver até com o mobiliário disposto. No Largo existem jogos de mesas e banquinhos (Figura 15E), alguns equipamentos de ginástica e bancos avulsos ao longo do largo. A área é arborizada, o que confere sombra e ameniza o desconforto causado pelo calor mesmo nos dias mais quentes.



Figura 17 – Sorveteria da Ribeira
Fonte: Acervo próprio, 2010.

A acessibilidade física apresenta algumas fragilidades. A pavimentação dos passeios encontra-se em situações precárias em diversos pontos (Figura 15C). O mesmo acontece com rampas de acesso e alguns bancos. Apesar do uso intenso do local, as condições de conservação deixam a desejar. No período da realização do trabalho de campo parte das calçadas estavam fechadas com tapumes pela Prefeitura Municipal para realização de obras de recuperação. Para alguns dos entrevistados, essa é a mudança mais necessária no local: algumas reparações físicas para que fique mais bonito. A dona de um dos quiosques situados no largo afirma que isso vai levar mais gente ao local.

A frequência de uso desse espaço tem pouca alteração durante o dia e nos finais de semana aumenta. Para as pessoas que chegam de ônibus, há linhas que ligam o bairro com o restante da cidade passando pelo largo por conta do fim de linha ser ali. Para as que chegam de carro, o estacionamento é feito ao longo das vias, não há área reservada exclusivamente para tal. Mesmo não tendo ciclovias, é comum ver pessoas andando de bicicletas pois o tráfego de veículos é mais ameno e essa é uma região plana, o que não é muito comum na maior parte da capital. O movimento chega ainda pelo mar, através das embarcações que ancoram no Terminal marítimo da Ribeira (Figura 15D). Na Marina é possível ainda locar escunas para fazer passeios pela Baía de Todos os Santos.

A sensação de segurança no local tem relação estreita com o que é defendido por Jacobs (2000, p.35):“Uma rua movimentada consegue garantir a segurança; uma rua deserta, não”. Como já abordado no capítulo 2, a sensação de segurança vem, muitas vezes de uma vigilância informal provida por aqueles que estão no entorno. As casas voltadas para o Largo exercem esse papel assim como os comerciantes do local, os quais já estão ali há longa data. Essa sensação nem sempre está atrelada a algo estritamente real, como índices de violência, mas interfere no uso desses espaços. À noite esse cenário é um pouco modificado por conta da deficiente iluminação em alguns pontos. No Largo há ainda um módulo policial (Figura 15E), no qual, segundo os moradores, nem sempre há policiais.

Apesar de o consumo estar presente da dinâmica vivida por esse espaço (através da Sorveteria, das lanchonetes ou mesmo da “Segunda do Cozido”) ele não alterou drasticamente a natureza do mesmo. Sua tipologia não impõe barreiras simbólicas a classes sociais, a velocidade das vias não representa uma restrição ao uso, como no caso do Iguatemi, mas facilitam a chegada e a saída da população e a presença de bancos, mesas e outros mobiliários mostram que o uso é permitido e favorecido naquele ambiente. Esses fatores tornam o Largo convidativo, composto de elementos que favorecem a sociabilidade e o convívio. Ainda há convivência e sociabilidade nesse local: pessoas que vão ao Largo e não simplesmente passam por ele

JARDIM SANTO INÁCIO

A ocupação do que atualmente é o bairro Jardim Santo Inácio (Figura 17) foi iniciada no início dos anos 1980 através de Conjuntos habitacionais financiados pela Caixa Econômica Federal. Essa iniciativa construiu no local os primeiros conjuntos e abriu as ruas no que era apenas mata. A área que antes era conhecida como parte da Mata Escura passou a ser bairro com a nova delimitação apresentada para os bairros da capital em 2010. Hoje o bairro não abriga apenas os conjuntos habitacionais, sucessivas ocupações espontâneas reconfiguraram a área. Há no bairro um pequeno comércio, mais concentrado no entorno da Praça Santo Inácio e também o Colégio Estadual Célia Mata Pires.



Figura 18 – Delimitação do bairro Jardim Santo Inácio, 2010.
Fonte: FISCHER; *et al.*, 2010

O Jardim Santo Inácio situa-se na região da Cidade de Salvador conhecida por Miolo, área geograficamente central do município. De acordo com Baggi (2008), essa área constitui a última fronteira urbana do município e foi onde o movimento de periferização ocorreu com maior intensidade, por isso a prevalece em número a ocupação espontânea sobre a ocupação programada: “na década de 80 os dados já evidenciavam uma relação de 63,9% para ocupação espontânea e 36,1% para ocupação programada” (BAGGI, 2008, p. 39). O bairro possui uma população de 6.046 mil habitantes (FISCHER; *et al.*, 2010) distribuídas entre os conjuntos habitacionais e as ocupações espontâneas entre eles.

A última área de estudo (Figura 18) foi delimitada tentando explicitar a relação entre a população de baixa renda e os espaços públicos. O Jardim Santo Inácio oferece ainda o contraponto entre a ocupação planejada (Figura 18A) e espontânea (Figura 18C). Por ter uma área não muito extensa, pois conta de uma rua principal (Rua Direta de Santo Inácio) e suas perpendiculares, e ainda abrigar morfologias diferenciadas permitiria uma relação mais estreita com as tendências abordadas no capítulo anterior para a faixa econômica em questão. A área delimitada para esse estudo abrange a Rua Direta de Santo Inácio, rua principal de acesso ao bairro, e a Praça Santo Inácio. Foi traçado assim pois a partir dessa rua é possível observar as diferentes tipologias de ocupação e o comportamento no espaço público em cada uma delas.

A área é usada intensamente, tanto a rua quanto a praça (Figura 18B e 18E). Em parte, esse movimento está ligado aos pequenos comércios lindeiros a essa via e ao ponto de ônibus na praça, mas não se restringe a isso. É ponto de encontro dos jovens, que usam também os equipamentos de ginástica da pracinha (Figura 18D); é distração dos idosos, que se sentam nos bancos para observar o movimento. Para muitos moradores do local a praça e o campo de futebol próximo a ela são os únicos meios de lazer acessados. A pracinha é arborizada o que confere certo nível de conforto por conta da sombra e da minimização da sensação térmica.



Figura 19A - Conj. Habitacionais



Figura 19C - Ocupação Espontânea



Figura 19E - Praça Santo Inácio



Figura 19B - Rua Direita de Santo Inácio



Figura 19D - Mobiliário na Praça Santo Inácio

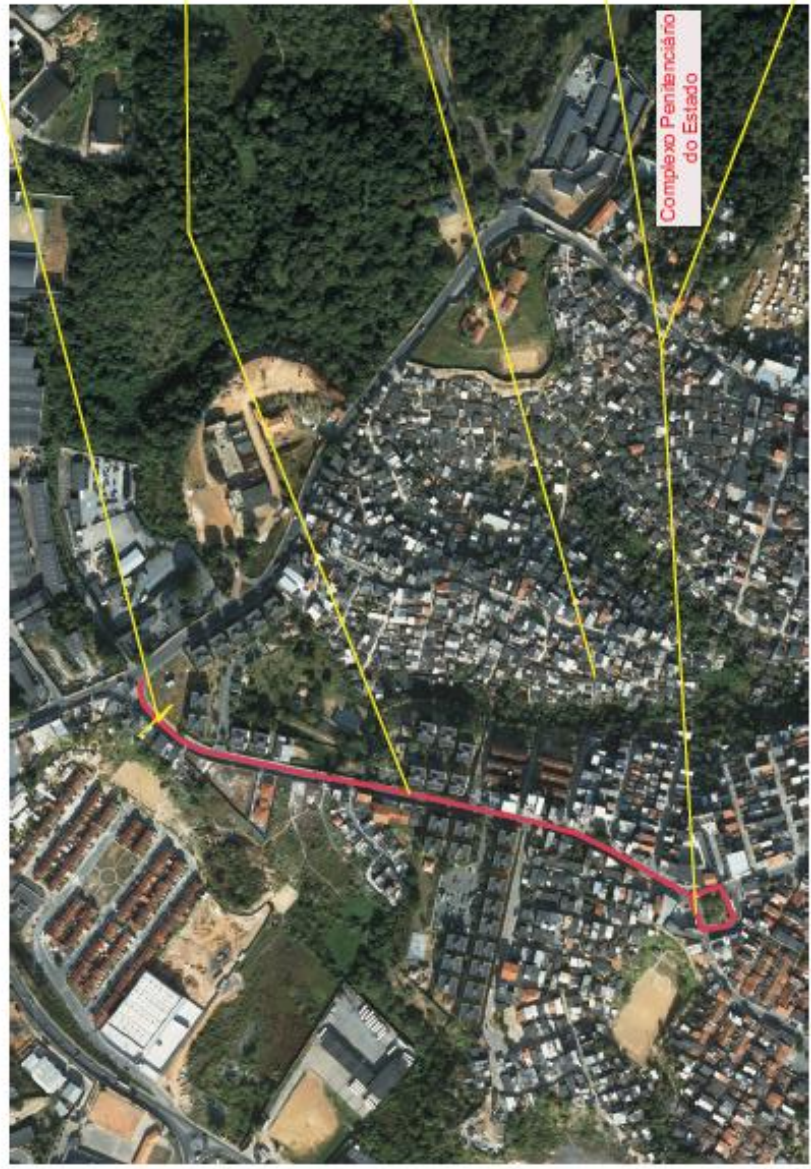


Figura 19 - Área analisada: Rua Direita de Stº Inácio e Pça Stº Inácio
Fonte: elaboração própria com base em imagens disponibilizadas no google maps.

Legenda:

- Área analisada
- Escala 0 20 m
- N

A acessibilidade física conta com alguns entraves. Os passeios tem pavimentação não conservada, apresentando muitos buracos. Há ainda muito lixo espalhado ao longo dos mesmos, o que dificulta a circulação e torna o ambiente insalubre. Os pontos de ônibus não possuem abrigos como os da Ribeira ou os do Caminho das Árvores e não há faixas de travessia para pedestres. Segundo um grupo de jovens, em resposta ao questionário, alguns condomínios contam com parquinhos e áreas comuns, mas a pracinha e o campo são utilizados com maior frequência ainda assim. Segundo uma senhora, moradora do local há mais de uma década, muitos desses problemas são resolvidos pelos moradores, como o fechamento de alguns buracos que são comuns em época de chuva e oferecem risco aos que transitam ali.

A questão da segurança foi um entrave até para o desenvolvimento dessa pesquisa. No final de semana anterior foi registrado um homicídio no campinho do bairro. Em reportagem do jornal A Tarde os moradores relataram que a disputa entre traficantes tem afetado a segurança dos moradores tolhendo, inclusive, a utilização das únicas áreas de lazer do bairro. Para a dona de um comércio situado em frente a praça, a violência “tirou” as pessoas da rua: “Essa pracinha normalmente era mais movimentada, ainda é, mas muita gente daqui do bairro só sai de casa quando necessário e os pais impõem o mesmo aos filhos”.

Como já abordado no capítulo anterior a sensação de segurança é um dos fatores determinantes na apropriação dos espaços públicos, induzindo ou não o uso dos mesmos. O esvaziamento que ocorre nessa localidade, segundo moradores, é temporário, acontece quando episódios de violência como esse homicídio é registrado. Nesse caso, mesmo apresentando a “vigilância informal” (moradores olhando as ruas) descrita por Jacobs (2000), situações extremas de violência restringem a sensação de segurança do local. Ainda assim, o Jardim Santo Inácio conserva a sociabilidade e convivência em seus espaços.



Conclusão

Os estudos dos espaços públicos não devem analisar a forma dissociada das práticas e dinâmicas que envolvem esses espaços. Eles são auto-determinantes. As dinâmicas, a apropriação, a visibilidade e entendimento desses espaços influenciam na forma dos mesmos e a recíproca é verdadeira. A forma dos espaços, com todos seus componentes (mobiliário, arborização, iluminação, segurança, etc) influenciam na apropriação, induzindo, ou não, maior utilização. Não havendo a pretensão de esgotar o assunto, pode-se alcançar, ao menos, um breve entendimento do longo percurso traçado pela relação entre o espaço público, a cidade e a sua população.

As mudanças ocorridas no ambiente urbano vêm modificando o espaço público e a forma como ele é apropriado. Essas mudanças se relacionam ao contexto político, econômico, social, cultural e tecnológico e influenciam nos hábitos diários da população. No ápice da democracia grega a vida era compartilhada, coletiva na maior parte do tempo, e isso se refletia no espaço dessas cidades, que eram, igualmente, compartilhados em sua maioria. A diferenciação mais profunda de classes transformou esse cenário e os costumes dos cidadãos. Em Roma as casas já ocupavam espaços maiores e eram diferenciadas construtivamente de acordo com a classe (*domus e insalve*), as pessoas já passavam, então, a viver menos no espaço comum. A universalidade, assim como é diminuída na moradia, é diminuída no espaço público.

Com a retração urbana ocorrida na Idade Média, em consequência da migração populacional para as grandes propriedades rurais, as mudanças sociais políticas e econômicas são ainda mais aprofundadas. Há o espaço que é freqüentado pelos senhores e os espaços destinados aos colonos, enquanto nos burgos os espaços comuns são principalmente de troca e de comércio. No cenário cultural há ainda o avanço e consolidação da Igreja Católica, que além de influenciar no modo de vida da população,

separa, no ambiente construído, duas funções que eram abrigadas no mesmo espaço até então.

O acúmulo de capital e a segregação econômica se tornam ainda mais marcante nas cidades mercantis. É esse fator que induz um apartamento maior entre o público e o privado, o que é refletido densamente nos espaços públicos até os dias atuais, através de barreiras simbólicas e da uniformização do estilo de vida capitalista, incorporado mais intensamente pela classe média. As transformações advindas dos avanços tecnológicos são mais evidentes no espaço público quando se fala em transporte automotor. A introdução dos carros no espaço comum remodelou o desenho dos mesmos, primeiro com a segregação no espaço entre o carro e o pedestre, e depois com a abertura de vias cada vez mais largas para suportarem o fluxo cada vez maior. Então é possível voltar à uniformização do modo de vida capitalista que é retroalimentador desse paradigma urbano.

Todas as transformações ocorridas nas cidades, desde os primeiros núcleos, são imbricadas e juntas compõem a cidade que se conhece hoje. O cenário atual é resultado direto de uma sequência de transformações e retrato do estágio no qual essa sequência se encontra. O contexto onde os espaços públicos são cada vez mais segregados e menos acessíveis já foi superado por países denominados desenvolvidos como Estados Unidos, Canadá ou outros da Europa, onde se busca uma retomada desses espaços e da sociabilidade encontrada neles. Na maioria dos países da América Latina o que se encontra é um cenário próximo aos visitados em Salvador.

São áreas engolfadas pelo consumo, onde o espaço público tem parte de suas funções realizadas por espaços privados, como o percurso analisado no Caminho das Árvores. Espaços como esse tendem ainda a terem sua acessibilidade direcionada simbolicamente, tornando-o mais convidativo para um determinado público, normalmente o mais consonante com a faixa de renda a que se destina inicialmente o local. Nesse caso específico, afasta as pessoas, que o enxergam apenas como local de passagem. O percurso analisado no Bairro Jardim Santo Inácio é a outra face dessa realidade, e tem o uso dos seus espaços influenciado, principalmente, pela sensação de (in)segurança, mas

ainda assim guarda o reconhecimento e apropriação pela população. O Largo da Ribeira flutua entre os dois, traz características aliadas ao consumo, mas ainda guarda a convivência e a sociabilidade no seu espaço, e é reconhecido como tal pela população.

As tendências e espaços analisados nesse trabalho são apenas parte de um todo, no entanto permitem o entendimento da importância do espaço público de convivência para a cidade e para sua população. Se nas palavras de Le Goff, é a sociabilidade que estabelece em definitivo a diferença urbana, não apostar nesses espaços mostra uma série de fragilidades do ambiente citadino. É em função disso que alguns países como os Europeus vem apostando na retomada do espaço público e da sociabilidade e convivência permitidas por eles. Entender historicamente a relação desses espaços com a cidade e com a população permite compreender a importância de cada um deles para a qualidade de vida dos cidadãos. Sejam ruas, calçadas, passeios públicos, praças, parques ou largos, o acesso a esses ambientes são tão vitais para a cidade quanto a moradia, o trabalho, o lazer e a circulação, consideradas funções básicas desses núcleos.

No contexto atual, pautado pela segmentação social, diversidade e individualismo, talvez seja utópica a tentativa de resgatar a vida pública amplamente democrática e indistinta. A transformação da vida pública é inevitável e é um processo iniciado desde o declínio do mundo grego. No entanto, se não há como voltar a ágora ateniense, apogeu da vida pública e democrática, cada novo projeto de um espaço público não representaria uma oportunidade de convidar à vida pública? De convidar à sociabilidade, democracia ou cidadania, ainda que com um novo estatuto? Resgatar os espaços públicos, os parques, praças, largos ou calçadas é reavivar o direito ao convívio, permitir a manifestação plena da vida pública. É devolver a esses espaços, seu verdadeiro sentido.



Referências

ABRAHAO, Sérgio Luis. **Espaço Público** – Do urbano ao Público. Rio de Janeiro: Annablume, 2008. (194 páginas)

ALEX, Sun. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008. (287 páginas)

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado; LOUREIRO, Claudia. **Uma figueira pode dar rosas?**. Um estudo sobre as transformações em conjuntos populares. Arquitextos, São Paulo, 01.009, Vitruvius, fev 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.009/920>>. *Acessado em 12 de julho de 2010.*

ARANTES, Rafael de Aguiar. **Qualidade de Vida ou Fortificações**: o significado dos condomínios fechados em Salvador. Revista VeraCidade, Ano IV, nº 4 – Março de 2009. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v4/images/pdf/artigo3.pdf>>. *Acessado em 15 de julho de 2010.*

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. São Paulo: Vozes, 2007. (128 páginas)

BAGGI, Márcia Sampaio. **Verticalização Periférica**: Caracterização do processo de verticalização em áreas periféricas - estudo de caso da Mata Escura, Salvador- BA. Monografia. Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.(128 páginas)

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 4.ed. São Paulo: Editora Perspectiva. 2005. (728 páginas)

BENETTI, Pablo César. **Violência e projeto urbano em favelas**. Arquitextos, São Paulo, 04.048, Vitruvius, mai 2004. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/580>>. Acessado em 25 de junho de 2010.

CARR, Stephen. **Public Space**. Cambridge series in environment and behavior. Cambridge University Press, 1992. Disponível em: <<http://books.google.com/books?printsec=frontcover&vid=ISBN0521351480&vid=ISBN0521359600&vid=LCCN92004909#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 10 de jun 2010.

Carta de atenas. 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, 1993. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio02.asp>>, Acesso 5 de mai 2010.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo** - Utopias Realidades. 5ª Ed. Col. Estudos. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003. (350 páginas)

COSTA, Érico. **Favela**: retrato da exclusão social. Arquitextos, São Paulo, 04.045, Vitruvius, fev 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/608>>. Acessado em 28 de junho de 2010.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Planejamento Urbano**. São Paulo; Editora Pini, 1990. (198 páginas)

DIAS, Fabiano. **O desafio do espaço público nas cidades do século XXI**. Arquitextos, São Paulo, 06.061, Vitruvius, jun 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.061/453>>. Acessado em 22 de junho de 2010.

FERRARA, Lucrécia D'Alécio. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Ática, 1999. (12 páginas)

_____. **Olhar periférico**: Informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: EDUSP, 1993. (08 páginas)

FERRARI, Celso. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.(450 páginas – consulta de conceitos)

FISCHER, Tânia; *et al.* (org). **O Caminho das águas em Salvador**: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do Urbanismo**. Tradução: Emílio Campos Lima. 2ªed. Lisboa, 1989. p 7-39

HAROUEL, Jean-Louis. **História do Urbanismo**. Tradução: Ivone Salgado. Campinas: Papirus, 1990. (149 páginas)

JACOBS, Janes. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética das favelas**. Arquitextos, São Paulo, 02.013, Vitruvius, jun 2001. Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/883>> *Acessado em 22 de junho de 2010.*

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed São Paulo: Atlas, 1993

LE GOFF, Jacques. **Por Amor às Cidades**. Tradução: Reginaldo Côrrea de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da Cidade** – Lugares e Espaço Público na experiência urbana Contemporânea. 2ª Ed. Campinas-SP: UNICAMP, 2007.

LYNCH, Kevin; CAMARGO, Jefferson Luis. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227 p. ISBN 8533606311 (broch.)

MARIANO DA SILVA, L. F. M. ; ROCHA, C. P. . **A paisagem do medo**: um estudo do bairro da Pituba - Salvador - BA. In: Carlos G. Terra; Rubens de Andrade. (Org.). Coleção, volume 2. Paisagens Culturais: Interfaces entre Tempo e espaço na construção da Paisagem Sul-Americana. 1ª ed. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2008

MARIANO DA SILVA, Liliane Ferreira; SILVA, Karine.Koch. **O espaço público como modo de vida no bairro da Mata Escura**. In: Mariano da Silva, L.F. Neto, J.V. Silva, A. M. (org) Paisagens Mediadas: Olhares sobre a imagem urbana. Salvador: UNIFACS, 2008. p. 31-65

MOTA, Myriam; BRAICK, Patrícia. **História**: das Cavernas ao Terceiro Milênio. 2ed. São Paulo: Moderna, 2002.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução: Neil R. da Silva. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat. **World Population Prospects**: The 2008 Revision. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpp>> . *Acessado em 22 de julho de 2010.*

RYBCZYNSKI, Wifold. **Vida nas cidades**. Tradução: Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996. (238 páginas)

NUNES, Débora. **Pedagogia da participação**: trabalhando com comunidades. Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002.

RYKWERT, Joseph. **A idéia de cidade**: antropologia e forma urbana em roma, itália e no mundo antigo. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SANTOS, Ailton Dias dos. (org). **Metodologias Participativas**: Caminhos para o Fortalecimento de Espaços Públicos Socioambientais. Petrópolis-RJ: Peiropolis, 2005.

SANTOS, Milton. **Da sociedade a paisagem**: o significado do espaço humano. Revista Arte Em São Paulo, n. 2, 1981. (06 páginas)

SANTOS FILHO, Raphael David dos. **Espaço urbano contemporâneo**:. As recentes transformações no espaço público e suas conseqüentes implicações para uma crítica aos conceitos tradicionais do urbano. Arqtextos, São Paulo, 05.055, Vitruvius, dez 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/05.055/519>>. *Acessado em 12 de julho de 2010.*

SENA, Carine Cátia da Jesus Sena. **Caracterização dos espaços públicos de lazer em áreas populares**: estudo de caso sobre área de Pau da Lima – Salvador – BA. Monografia. Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2008.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007. 205p

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

PONTUAL, Pedro C. **Qualidade de vida, participação e percepção da população**. In: KEINERT, Tânia; KARRUZ, Ana Paula (orgs). Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. (p.201-207)

REBOUÇAS, Luciana. Homens invadem jogo de futebol e matam um jovem no Jardim Santo Inácio. **A Tarde**. Salvador, 12 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=115520>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

ZUGNO, Renato. **Espaços Públicos Compartilhados** :Entre a Administração Pública e a Sociedade. São Paulo: Renovar, 2003.



Apêndices

APENDICE A - Roteiro para observação

Local	Data	Hora de chegada
Condições climáticas do dia		Hora de Saída

Acessibilidade Visual

Acessibilidade Física
Passeio
Rampas de acesso
Sinalização
Piso tátil
Arborização
Locais sombreados
Ponto de ônibus
Pontos de travessia
Possibilidade de Estacionamento
Pavimentação
Condição de conservação

Acessibilidade Simbólica ou social	
Padrão construtivo	
Parques/Equipamento de ginástica	Telefones públicos
Pista de Cooper	Ciclovía
Mesas	Bancos

Uso
Horário de maior fluxo
Uso mais intenso:
Presença de bares, lanchonetes ou outros serviços:
Presença de comércio informal

Segurança
Posto policial/ policiamento
Iluminação

APENDICE B – Questionário aplicado nas áreas de estudo

Local		Data	Hora
Fem	Masc	Ocupação	Idade
Escolaridade			

Com que frequência vai ao local?

Qual a atividade desenvolvida nessas visitas

O que esse espaço representa para você?

O que mudaria nele se pudesse?

Na sua opinião, o que é espaço público?